

# Boletim de Conjuntura

DISTRITO FEDERAL

---

Número 13 – 2º trimestre de 2020

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**Ibaneis Rocha**  
Governador

**Marcus Vinicius Britto**  
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA - SEEC  
**André Clemente Lara de Oliveira**  
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN  
**Jeansley Lima**  
Presidente

**Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz**  
Diretora Administrativa e Financeira

**Clarissa Jahns Schlabit**  
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

**Daienne Amaral Machado**  
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Renata Florentino de Faria Santos**  
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

---

**EQUIPE RESPONSÁVEL**

**Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas | DIEPS**

*Diretora* – Clarissa Jahns Schlabit

**Gerência de Contas e Estudos Setoriais - Gecon**

*Gerente* - Jéssica Filardi Milker Figueiredo

Carlos Alberto Reis

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Renato Costa Coitinho

*Estagiário* – Bruno da Silva Vicente

# Sumário

Introdução

Seção I – Economia Brasileira

Seção II – Atividade Econômica do Distrito Federal

Seção III – Análise de Preços

Seção IV – Mercado de Trabalho

Considerações finais

# Introdução

O nível de atividade econômica e os principais fatores conjunturais que afetaram sua performance ao longo do 2º trimestre de 2020<sup>1</sup> são o tema central da décima terceira edição do *Boletim de Conjuntura do Distrito Federal*. As análises, realizadas pela Codeplan, buscam apresentar os principais resultados do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF) e explicar o seu comportamento a partir de informações auxiliares sobre a performance dos mercados local e nacional.

O cenário vislumbrado pelos dados agregados é de forte desaquecimento, confirmando as expectativas de que às restrições impostas à circulação de pessoas e o funcionamento de atividades comerciais para conter a disseminação da Covid-19 produziram efeitos nocivos sobre os indicadores macroeconômicos. No entanto, as medidas anticíclicas adotadas pelos governos federal e distrital parecem ter surtido efeito e asseguraram um nível mínimo de consumo à população que se traduziu em maior demanda por alimentos e outros bens e serviços essenciais. Assim, os segmentos associados a comercialização desses produtos apresentaram crescimento, enquanto os demais amargaram quedas significativas. Em termos de preços, os efeitos também foram opostos com o valor dos bens essenciais registrando alta e o daqueles que puderam ter seu consumo postergado observando deflação.

As perspectivas são de que o dinamismo produtivo da capital federal, e também do país, deve apresentar uma melhora gradual à medida que a pandemia passar e que forem flexibilizadas as regras de operação dos estabelecimentos comerciais suscitando os benefícios habituais e revertendo, parcialmente, os danos provocados pela pandemia.

A correta identificação das forças atuantes sobre a economia e que ditam suas trajetórias de curto, médio e longo prazos é fundamental para a construção de políticas públicas apropriadas e, conseqüentemente, para o aperfeiçoamento e otimização das ações do Governo do Distrito Federal. Nesse sentido, esse Boletim traz uma visão ampla sobre o desempenho dos mercados brasileiro e distrital nas primeiras duas seções. Na terceira seção, o nível de preço é avaliado a partir dos dados disponíveis do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), evidenciando como a inflação afeta diferentemente os estratos sociais da capital. O impacto sobre o mercado de trabalho, por sua vez, é abordado na quarta seção para dimensionar as contratações e os desligamentos do período no DF. As considerações finais encerram o documento atualizando as expectativas de mercado e trazendo as perspectivas que devem ditar o nível de atividade econômica até o fim de 2020.

---

<sup>1</sup> A defasagem de quase três meses é inevitável, porém, a fim de preencher essa lacuna temporal e oferecer tempestivamente informações sobre os importantes indicadores econômicos, a Codeplan disponibiliza informes com dados recentes, à medida que são publicados. Essas publicações podem ser acessadas em <http://economia.codeplan.df.gov.br>.

# Seção I

## Economia Brasileira

### 1. Sumário

No segundo trimestre de 2020, o Brasil aprofundou a recessão iniciada no primeiro trimestre, com queda em dois trimestres consecutivos de seu Produto Interno Bruto (PIB). Na comparação com o mesmo período de 2019, a variação foi -11,4%, provocada por quedas na *Indústria* (-12,7%) e nos *Serviços* (-11,2%), bem como em segmentos específicos importantes, como a *Construção* (-5,8%) e o *Comércio* (-14,1%). Foi o pior resultado na série histórica do indicador, ilustrando o impacto da pandemia da COVID-19 sobre a economia nacional e internacional.

Em termos de mercado de trabalho, essa situação se traduz no aumento da taxa de desocupação da população, que atingiu 13,3% ao fim do segundo trimestre, e na destruição dos postos de trabalho formais, com um saldo de -1,30 milhão de vagas no período.

O resultado da interação entre a redução do nível de atividade, diminuindo a oferta de produtos e a alta do desemprego, com consequências sobre o nível de consumo da população é uma trajetória deflacionista do nível de preços da economia. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostrou deflação de 0,43% no segundo trimestre de 2020 e de alta de 2,13% no acumulado em 12 meses até junho, abaixo do limite inferior da meta definida pelo Banco Central (+2,50%). As expectativas de mercado apontam que, ao fim do ano, ele deve chegar à 1,77%<sup>2</sup>.

Por fim, o resultado primário real do Governo Federal apresentou um déficit de R\$ 414,21 bilhões no segundo trimestre de 2020, de acordo com dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional. O valor é pouco mais de vinte vezes o registrado no mesmo período de 2019 (R\$ 19,67 bilhões) e ilustra os efeitos da pandemia sobre as finanças nacionais, com um aumento intenso dos gastos federais e transferências aos estados e municípios aliado a uma queda da arrecadação de tributos. Espera-se que o terceiro trimestre do ano se mantenha bastante deficitário enquanto os consumidores gradualmente recuperam a confiança e a renda necessárias para reaquecer a demanda por bens e serviços do país.

---

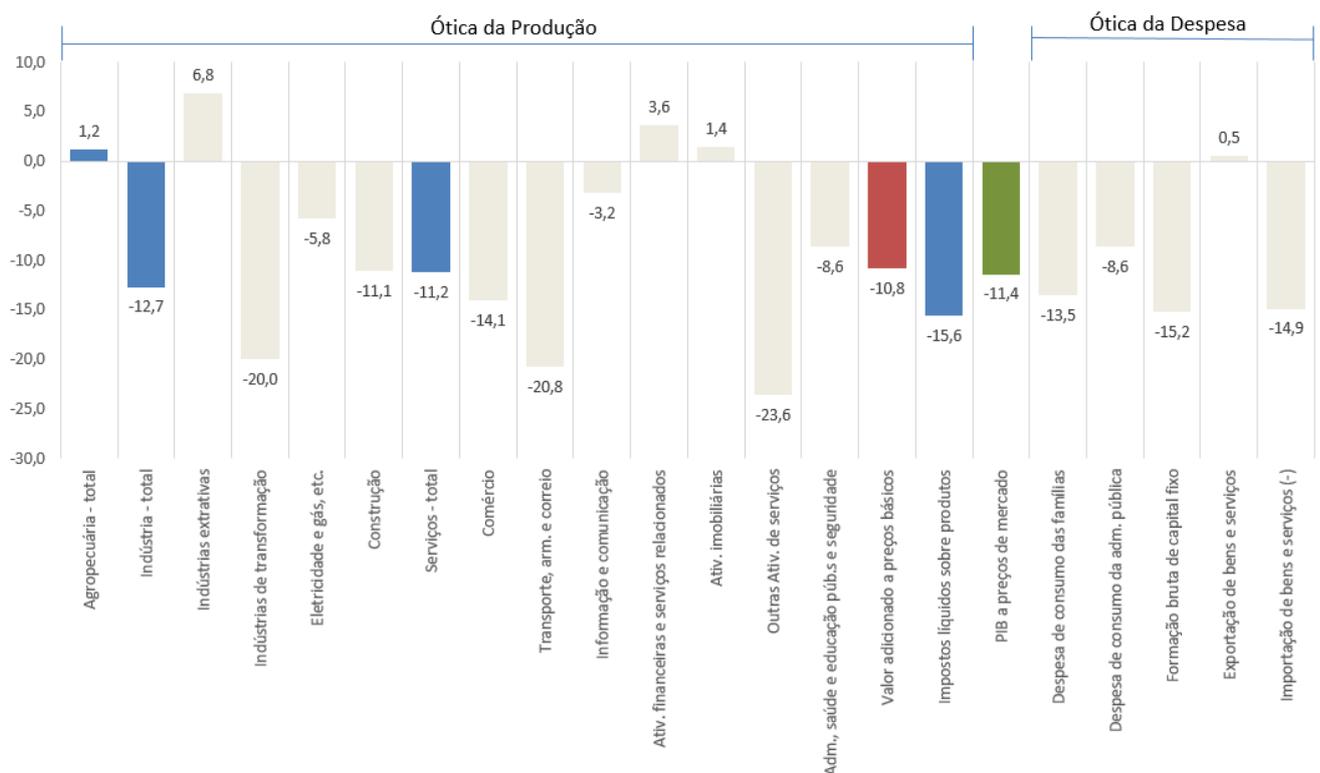
<sup>2</sup> Boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) de 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200828.pdf>

## 2. Nível de atividade

No segundo trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu 11,4% em relação ao mesmo período do 2019 e 9,7% em relação ao trimestre anterior. Aliado ao resultado também negativo do 1º trimestre, esse segundo indicador levou o Brasil a adentrar oficialmente em recessão técnica, configurada por dois trimestres consecutivos de variação negativa no Produto Interno Bruto.

A imposição de medidas de suspensão de uma ampla gama de atividades produtivas e de restrições à circulação de pessoas como formas de garantir o isolamento social e reduzir a disseminação da COVID-19, prejudicou as demandas interna e externa e, conseqüentemente, causou uma retração dos indicadores setoriais. Destaca-se que esse resultado não foi restrito apenas ao Brasil; nos Estados Unidos, a variação do segundo trimestre de 2020 foi de -9,1% em relação ao segundo trimestre de 2019, enquanto na China o indicador do primeiro trimestre, período do auge das contaminações pela Covid-19 no país, foi de -6,8%.

**Gráfico 1** – Produto Interno Bruto – Variação no trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior (%) – 2º trimestre de 2020 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os grandes setores apenas a *Agropecuária* registrou alta (+1,2%) entre abril e junho de 2020 em comparação com o mesmo intervalo do ano anterior. O resultado positivo do setor se deve, em parte, pelo fato dele não ter sido alvo das contenções comerciais impostas por prestarem serviços essenciais para a população. Adicionalmente, a boa performance da atividade primária também refletiu o aumento de 3,7% da produção de milho e de 6,7% da produção de soja nacionais em relação a safra passada.

As atividades industriais, por sua vez, sofreram sua maior queda na série histórica do IBGE, com uma variação negativa no acumulado do segundo trimestre de -12,7%. Dentre os segmentos pesquisados, apenas as *Indústrias extrativas* cresceram no período (+6,8%), impulsionadas pelas atividades de extração de petróleo.

As *Indústrias de transformação* (-20,0%) apresentaram o pior resultado do setor em função do recuo na produção da indústria têxtil e automobilística no período. Já a *Construção* apresentou queda menor, porém ainda intensa (-11,1%), prejudicada pela menor produção de seus insumos. Esse segmento, importante motor da atividade econômica nacional, apresentava sinais de recuperação ao longo de 2019 após vinte trimestres consecutivos de queda, tendo visto seu comportamento se reverter em 2020. Finalmente, a *Eletricidade e gás, água, esgoto, etc.*, utilizada por toda a indústria e comércio, apresentou uma retração de 5,8% no segundo trimestre do ano devido à menor atividade econômica como um todo.

No setor de *Serviços*, o resultado foi de queda de 11,2% entre abril e junho ante o mesmo período do ano anterior. O valor representa novamente a maior queda observada na série do indicador. Dos sete segmentos do setor, apenas *Atividades financeiras* e *Atividades imobiliárias* apresentaram variações positivas (3,6% e 1,4% respectivamente), enquanto os cinco demais se contraíram no segundo trimestre. As maiores variações negativas se protagonizaram nas *Outras atividades de serviços* (-23,6%) e no *Transporte, armazenagem e correio* (-20,8%), enquanto o *Comércio*, afetado intensamente pelas medidas de combate à pandemia em todo o país, caiu 14,1% na comparação.

Pela ótica da despesa, o importante indicador *Consumo das famílias* recuou 13,5% no segundo trimestre do 2020, ilustrando tanto a paralisação comercial do país quando à menor ocupação e renda das famílias. O *Consumo do governo* teve uma retração menor, de 8,6%, devido em parte à migração de grande número de servidores para regimes de trabalho remoto. Quanto aos investimentos, a *Formação bruta de capital fixo* (-15,2%) foi bastante prejudicada pela menor produção interna e pelo resultado negativo da *Construção*.

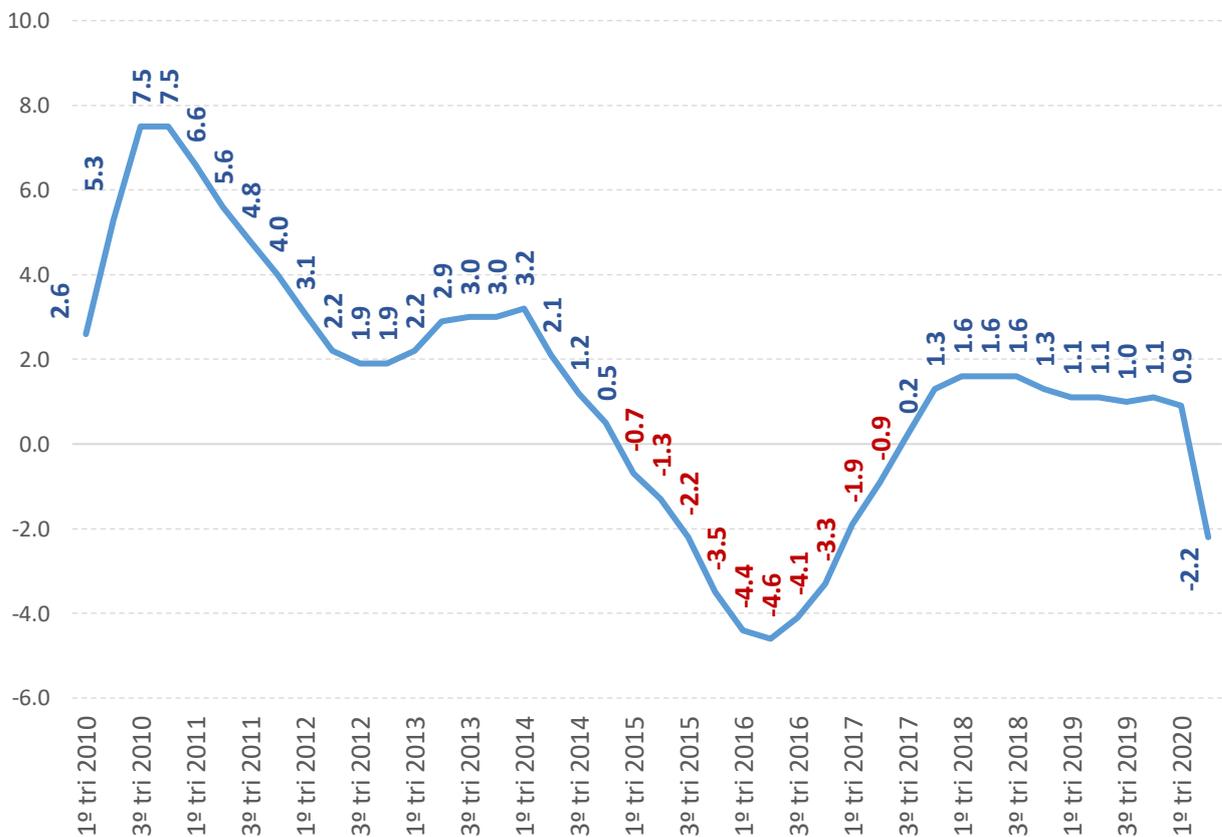
No comércio exterior, as *Importações* caíram 14,4% no período em função do menor consumo interno, em especial da compra de veículos e da taxa de câmbio elevada. Essa mesma taxa de câmbio, porém, favoreceu as *Exportações*, que se mantiveram estáveis no trimestre (variação de 0,5%), compensando, em

parte, a menor demanda externa. Com a recuperação gradual de diversos parceiros comerciais brasileiros no curto e médio prazo, como a China e países europeus, esse indicador pode se recuperar ao longo do ano.

### Resultado acumulado em 4 trimestres

No acumulado em quatro trimestres, o PIB nacional apresentou retração de -2,2% no trimestre findo em junho de 2020. É o pior resultado para o indicador desde o fim de 2016.

**Gráfico 2** - Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 1º trimestre de 2010 a 2º trimestre de 2020 – Brasil

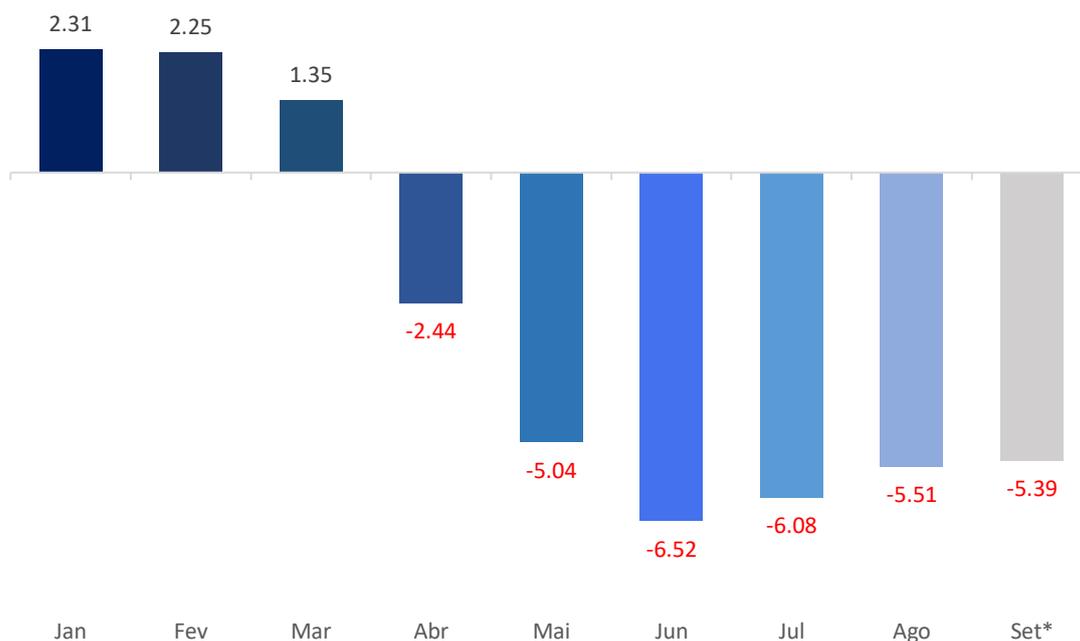


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

A análise por setores produtivos apresenta conclusões semelhantes às destacadas na comparação trimestral. A *Agricultura* foi o único setor com variação positiva (1,5%), enquanto a *Indústria* (-2,5%) e os *Serviços* (-2,2%) recuaram no período – embora de forma menos intensa, uma vez que a queda abrupta evidenciada no segundo trimestre de 2020 representa nessa comparação o comportamento de apenas um de quatro trimestres de interesse.

Vale destacar que a tendência do resultado acumulado em quatro trimestres é de queda ao longo de 2020. De fato, a média das medianas das expectativas do Banco Central do Brasil mostra que a previsão para o encerramento do ano ainda é de queda de 5,39%<sup>3</sup> no PIB. O indicador, embora tenha melhorado após perspectiva de -6,52% imaginada no fim de junho, ainda é bastante negativo.

**Gráfico 3** – Produto Interno Bruto – Média das medianas das expectativas de crescimento do PIB brasileiro em 2020, por mês – Brasil



Fonte: Boletim Focus/BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

### 3. Mercado de trabalho

A taxa de desocupação do Brasil ficou em 13,3% no segundo trimestre de 2020, o que representa uma alta de 1,3 ponto percentual (p.p.) em relação ao mesmo período do ano anterior e de 1,1 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2020. Na comparação anual, houve uma redução de 10 milhões no número de ocupados no país. Os dados provêm da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT). Os percentuais, entretanto, poderiam ter sido superiores aos observados se não fosse a redução da taxa de participação na força de trabalho, que passou de 62,1% no segundo trimestre de 2019 para 55,3% um ano depois.

<sup>3</sup> Considera a média das expectativas até 10 de setembro de 2020.

Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED) mostraram uma destruição de 1,30 milhão de vagas de empregos formais no segundo trimestre de 2020. Apesar do resultado bastante negativo, os números do mercado de trabalho formal apresentaram notável melhora ao longo do trimestre.

#### **4. Inflação**

A inflação do Brasil, medida pelo IPCA, ficou em -0,43% no segundo trimestre de 2020, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O principal vetor de queda do indicador foi o grupo dos *Transportes* (-4,22). Por outro lado, o IPCA nacional não foi mais deflacionário por conta do grupo *Alimentação e bebidas* (+2,42%), após as medidas de isolamento social provocarem um aumento nos preços da *Alimentação no domicílio* de 3,04%.

A evolução tímida dos preços e a predominância de uma conjuntura deflacionista diante da queda do nível de atividade da economia brasileira, no primeiro semestre do ano, devem induzir a inflação a ficar abaixo do centro da meta estipulada pelo Banco Central (+4,00%) ao longo de todo 2020. As expectativas de mercado apontam que, na verdade, esse indicador deve chegar ao fim do ano a 1,77%<sup>4</sup>, valor que é inclusive abaixo do limite inferior da banda de inflação (2,50%). No acumulado em 12 meses até junho, o IPCA registra alta de 2,13%, abaixo do limite inferior da meta.

#### **5. Política fiscal e monetária**

O resultado primário real do Governo Federal foi de um déficit de R\$ 414,21 bilhões no segundo trimestre de 2020, de acordo com dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional. O valor é pouco mais de vinte vezes o registrado no mesmo período de 2019 (R\$ 19,67 bilhões) e ilustra os efeitos da pandemia sobre as finanças nacionais, com aumento intenso dos gastos federais e das transferências aos estados e municípios, aliado a uma queda da arrecadação de tributos.

Em um esforço para incentivar o consumo e o acesso ao crédito, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) reduziu a taxa de juros básica da economia de 3,75% em março para os patamares historicamente baixos de 3,00%, em maio, e 2,25% em junho. Com isso, a autoridade monetária espera incentivar a economia a captar recursos para investir. As contas públicas, assim como os demais indicadores econômicos apresentados, estão suscetíveis ao ritmo das atividades produtivas do país, uma vez que isso afeta a arrecadação e, conseqüentemente, a receita auferida pelo governo federal.

---

<sup>4</sup> Boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) de 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200828.pdf>

# Seção II

## Atividade Econômica do Distrito Federal

### 1. Sumário

A economia do Distrito Federal desacelerou no 2º trimestre de 2020, registrando uma variação negativa de 4,2% em relação ao mesmo trimestre de 2019 de acordo com os dados do Idecon-DF. O desempenho é resultado da combinação do crescimento da Agropecuária, cujo indicador avançou 2,1%, com a desaceleração dos setores industrial e de serviços, que apresentaram uma contração de 10,9% e de 3,9%, respectivamente. O cenário desfavorável motivado pela crise da saúde pública desencadeada pela COVID-19 interpretou importante papel na retração produtiva observada. No acumulado em quatro trimestres, a capital federal apresenta variação positiva de 0,4%, influenciado pelos bons números da Agropecuária e do setor de Serviços superando a queda de 2,2% da economia do Brasil na mesma base de comparação.

O desaquecimento da economia local espelha-se nas análises setoriais divulgadas pelo IBGE. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) detalha como a pandemia influenciou o comportamento do comércio varejista ampliado do DF, apontando uma redução de -10,5% no acumulado no ano, apesar da alta observada no comércio de mercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+7,7%), medicamentos e artigos farmacêuticos (+2,2%).

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), por sua vez, sinaliza uma contração de 8,8% acumulada de janeiro a junho de 2020. A performance negativa foi alavancada pelos Serviços prestados às famílias (-37,9%) e pelo segmento de Transportes (-20,3%), que tiveram tanto a sua oferta quanto a demanda prejudicadas pelas medidas de combate a Covid-19 e seu reflexo sobre o poder de compra da população.

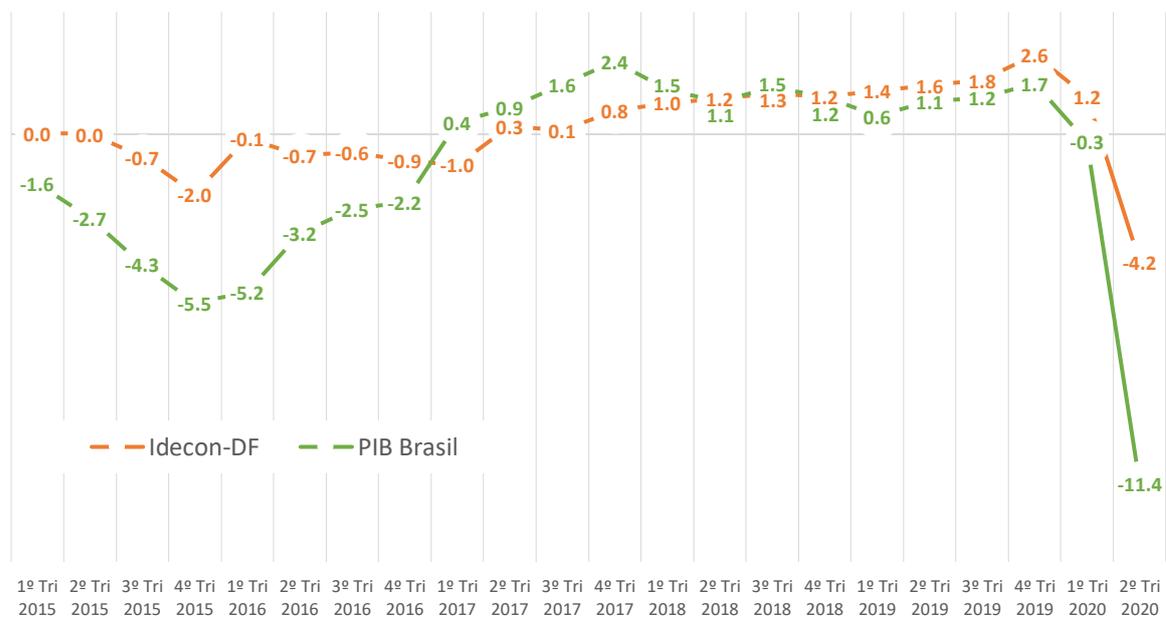
Por fim, os indicadores auxiliares, que demonstram a relação do mercado distrital com os financeiro e exterior, indicam uma maior captação de crédito pelas pessoas físicas e jurídicas, bem como uma melhora do saldo da balança comercial da região. Ambos favorecem o nível de atividade econômica, pois, o primeiro representa um aumento dos recursos disponíveis para consumo e investimentos e, o segundo, um indicativo de aumento na produção local.

Cabe mencionar que o período compreendido entre os meses de abril e junho de 2020 foi o ápice das ações implementadas no intuito de combater a disseminação da COVID-19 na capital do país e, por isso, concentram o maior desaquecimento da economia local até o momento.

## 2. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon-DF

O Distrito Federal apresentou queda no seu desempenho econômico no 2º trimestre de 2020 e registrou uma variação negativa de 4,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. As medidas restritivas às atividades comerciais do Distrito Federal adotadas para combater a disseminação da COVID-19 na região foram implementadas na segunda quinzena de março e sendo flexibilizadas gradualmente ao longo dos meses seguintes. Dessa forma, os prejuízos à economia local concentraram-se no 2º trimestre de 2020 e interromperam a trajetória sustentada de crescimento da capital federal mantida desde 2017. O percentual, no entanto, é maior do que o resultado obtido pelo Produto Interno Bruto (PIB) do país que, de acordo com o IBGE, foi de -11,4% na mesma base de comparação. A evolução da taxa trimestral dos dois indicadores é apresentada no Gráfico 1.

**Gráfico 01** – Nível de atividade econômica: Evolução da taxa trimestral do PIB-Brasil e do Idecon-DF – 1T2015 a 2T2020 – Variação (%)

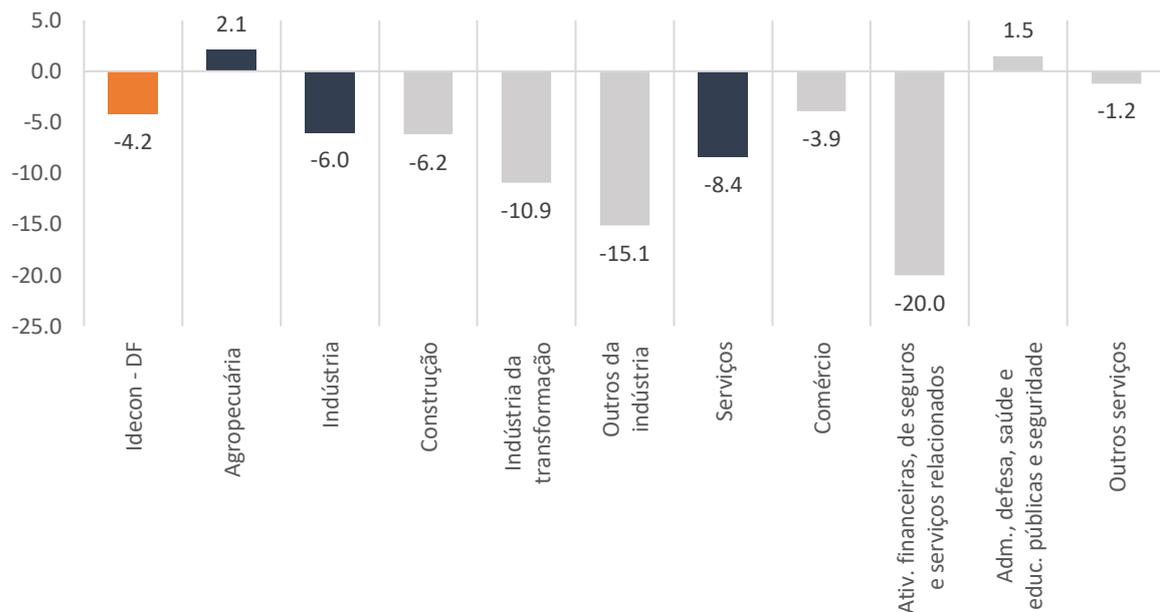


Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A pandemia afetou de forma diferente os setores produtivos da economia local ao permitir o funcionamento normal apenas das atividades consideradas essenciais. Por isso, é fácil entender o porquê de a *Agropecuária*, responsável pela produção de bens tão importantes como são os alimentos, ser a única a apresentar crescimento no 2º trimestre de 2020. Esse setor registrou alta de 2,1% em relação ao mesmo trimestre no ano anterior, o que é parcialmente explicado pela previsão de alta na produção local de soja (11,3%) em relação a 2019.

O resultado, no entanto, não teve forte influência sobre o indicador geral da região devido ao fato desse setor não possuir grande representatividade na estrutura produtiva do Distrito Federal, colaborando com 0,4% da economia local.

**Gráfico 2** - Idecon-DF: Variação Trimestral (%) por Segmentos de Atividade Econômica – Distrito Federal – Trimestre em relação ao mesmo trimestre no ano anterior – 2T2020



<sup>1</sup> Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

<sup>2</sup> Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A Indústria, por sua vez, verificou uma queda no seu ritmo de produção de 10,9% entre o 2º trimestre de 2020 e o de 2019. A maior contribuição negativa veio da categoria de *Construção* (-15,1%), performance que merece certa atenção pelo fato de ela ser intensiva em mão de obra. Isso significa que a contração percebida nesse indicador pode refletir negativamente sobre o mercado de trabalho local e representar uma redução no número de ocupados nessa atividade.

As *Indústrias de transformação* também registraram uma diminuição de 6,2% no confronto entre o 2º trimestre de 2020 e igual trimestre do ano anterior, o que pode estar associado, nesse caso, a menor procura por bens não essenciais diante da contração do poder de compra da população. A categoria de *Outros da indústria*, por sua vez, registrou variação de -6,0%, possivelmente refletindo uma contração na demanda de *Eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza urbana*. Com a paralisação de diversas atividades produtivas, o consumo,

principalmente, de eletricidade e água pelos estabelecimentos comerciais e industriais do DF reduziu-se, impactando negativamente o desempenho dos segmentos que os fornecem.

O último setor a ser analisado, o de *Serviços*, representa 95,7% da economia do Distrito Federal e, portanto, é o de maior peso na determinação do dinamismo produtivo da região. Preocupa, então, o fato desse grupo econômico ter exibido variação negativa na base de comparação do 2º trimestre de 2020 contra o mesmo período de 2019. As atividades terciárias<sup>5</sup> da capital federal encolheram 3,9% entre abril e junho de 2020 em comparação ao nível verificado em igual período de 2019.

O resultado reflete a contração de 20,0% nas atividades de *Comércio*. De certa forma, esse comportamento era esperado por refletir, em parte, o efeito adverso que as medidas de suspensão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais, que vigoraram durante a quase totalidade do 2º trimestre, produziram sobre o nível de atividade desse segmento.

Em contrapartida, as *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* da capital federal registraram alta de 1,5% na comparação do 2º trimestre de 2020 com o mesmo trimestre de 2019. Isso pode estar associado ao fato de as taxas de juros se encontrarem em um patamar historicamente baixo, o que pode estimular as transações financeiras e contratações de crédito. O Idecon-DF também mostra uma redução de 1,2% na Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social e de 8,4% em *Outros serviços*.

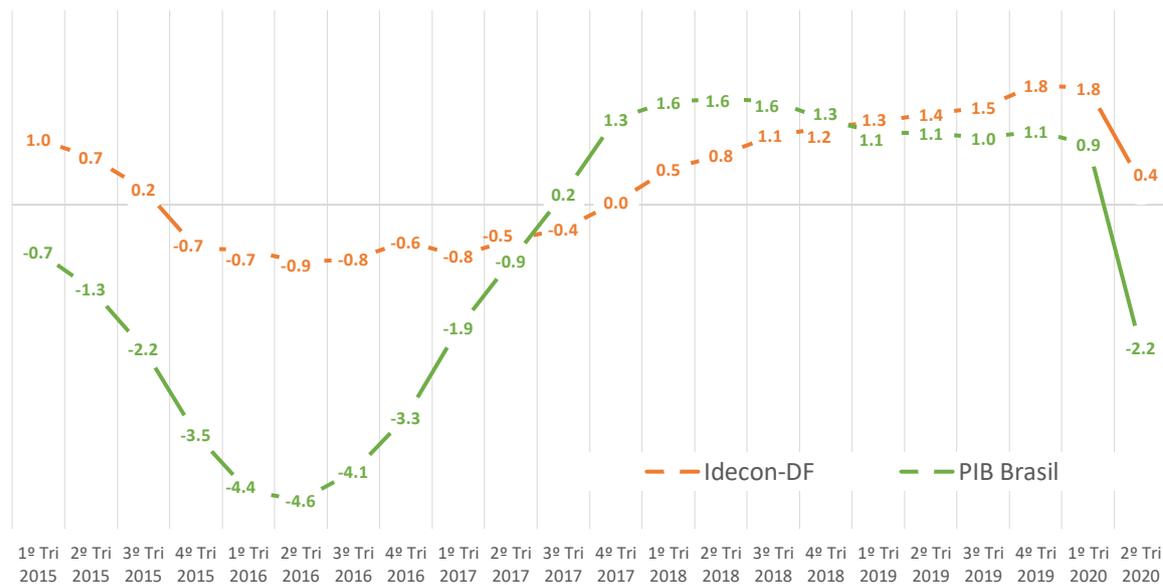
### **Taxa acumulada em quatro trimestres**

No acumulado em quatro trimestres, o Idecon-DF ainda sustenta um resultado positivo com variação de +0,4% no período findo no 2º trimestre de 2020 contra igual período do ano anterior, como mostrado no Gráfico 03. Isso só foi possível devido ao bom desempenho da economia distrital nos trimestres passados. Em nível nacional, no entanto, a observância de duas retrações consecutivas em 2020 combinada com uma trajetória de crescimento pouco acentuada foram suficientes para transformar os ganhos em termos de dinamismo econômico em perdas acumuladas. Dessa forma, o PIB nacional registrou uma desaceleração de 2,2%.

---

<sup>5</sup> Setor terciário (também conhecido como setor de serviços) é aquele que engloba as atividades de serviços e comércio de produtos.

**Gráfico 3** – Nível de atividade econômica: Evolução da taxa acumulada em quatro trimestres do PIB do Brasil e do Idecon-DF – 1T2015 a 2T2020 – Variação (%)



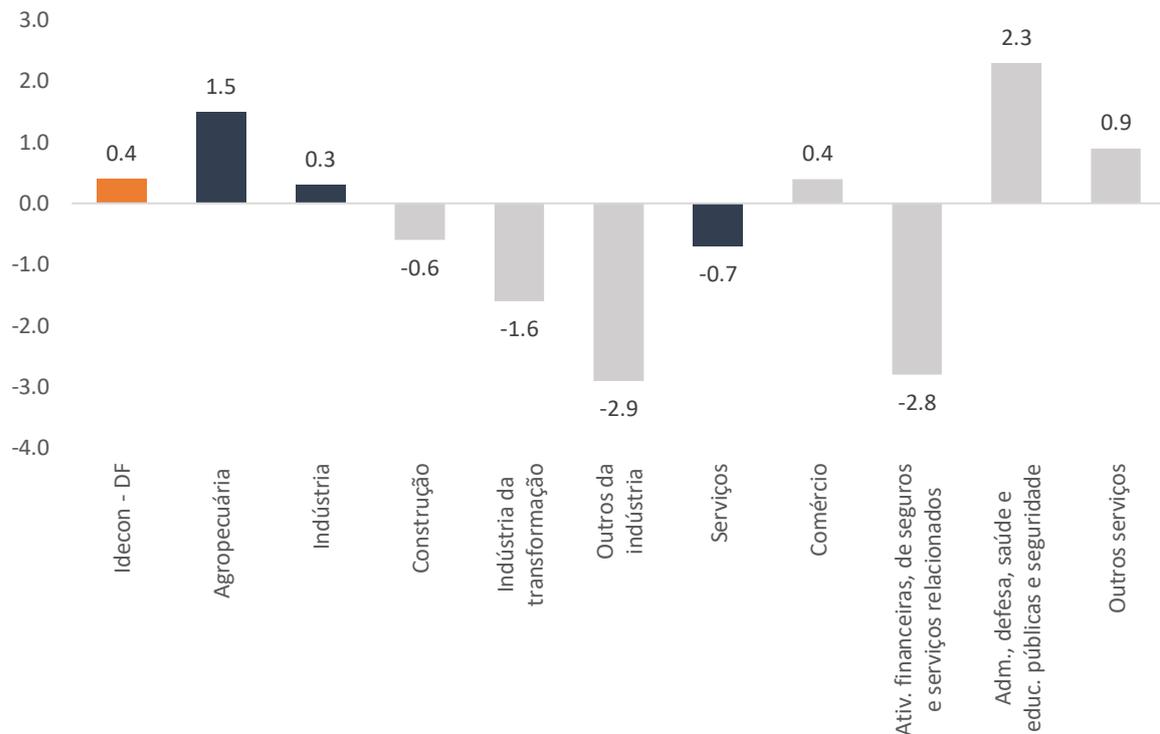
Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A análise mais detalhada por setor produtivo com base nos percentuais apresentados no Gráfico 4 revela que a *Agropecuária* do Distrito Federal sustenta seu percentual positivo, indicando uma performance consistente do seu ritmo produtivo recente. As atividades primárias perceberam um aumento de 1,5% na taxa acumulada em quatro trimestres, o maior percentual dentre os grandes grupos econômicos da capital.

Nessa base de comparação, os números se revelam positivos também para o setor de *Serviços*, cujo percentual de crescimento foi de 0,4%. A performance é resultado do desempenho positivo das *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (+2,3%) e *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (+0,9%) e das contribuições negativas do *Comércio* (-2,8%) e *Outros serviços* (-0,7%).

A variação da *Indústria* se manteve negativa, com contração acumulada em quatro trimestres de 1,6%. Para o resultado, os segmentos de *Construção* (-2,9%) e *Indústria da transformação* (-0,6%) contribuíram negativamente, enquanto o segmento de *Outros da indústria* (+0,3%) evitaram que o percentual fosse ainda mais negativo.

**Gráfico 4** - Idecon-DF: Variação acumulada em quatro trimestres (%) por segmentos de atividade econômica – Distrito Federal – Variação do período ante o mesmo período do ano anterior – 2T2020



<sup>1</sup> Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

<sup>2</sup> Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

O panorama descrito pelo Idecon-DF evidencia que a pandemia da COVID-19 teve importante papel na desaceleração do ritmo de atividade da economia local, afetando negativamente os segmentos dedicados ao fornecimento de bens e serviços considerados não essenciais para a população. Em contrapartida, a *Agropecuária*, dedicada exclusivamente à produção de alimentos, experimentou alta. Os percentuais negativos, no entanto, eram esperados pelos agentes econômicos dada a relevância do impacto da crise da saúde sobre a economia local, nacional e até internacional.

Para auxiliar o entendimento dos resultados no trimestre, analisa-se, em seguida, indicadores conjunturais sobre o comércio e o setor de serviços não financeiros, bem como de parâmetros auxiliares de crédito e comércio exterior.

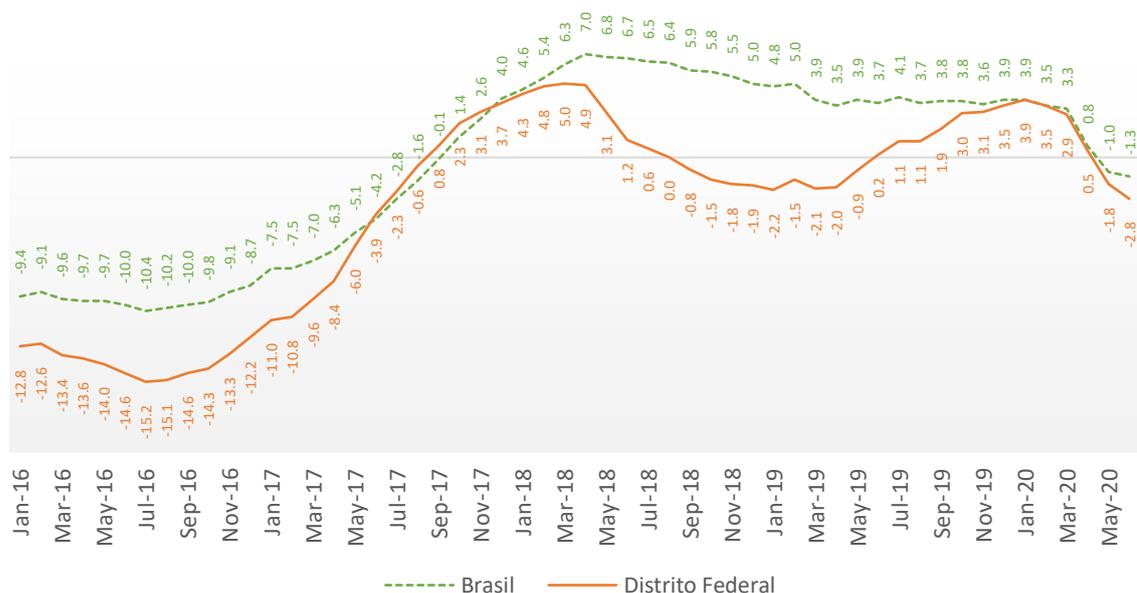
### 3. Comércio

Os meses de abril a junho de 2020 foram marcados pelo auge das medidas de restrição ao funcionamento das atividades comerciais e a suspensão da prestação de alguns serviços considerados não essenciais. Assim, o desaquecimento da economia local, que mostrava seus primeiros sinais no primeiro trimestre do ano, se agravou ao longo do segundo trimestre, fazendo com que o Distrito Federal registrasse uma redução de -10,5% no comércio varejista ampliado na variação no acumulado no ano. Esse percentual, divulgado pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, é menor que a média nacional (-7,4%) para o período.

O resultado foi determinante para reverter os ganhos conquistados pelo comércio da capital federal em 2019 de forma que, no acumulado em 12 meses, o DF observou uma queda de 2,8% no volume de comércio local. Isso reflete não apenas na redução das vendas pelo fechamento de lojas e estabelecimentos, mas também a perda do poder de compra da população diante do aumento do desemprego na região.

Como mostrado no Gráfico 5, essa tendência é semelhante a nacional, porém com intensidade mais elevada. Isso porque a retração percebida pelo Brasil nas atividades classificadas como comércio varejista ampliado entre julho de 2019 e junho de 2020 contra igual período do ano anterior é de -1,3%, cerca de 1,5 p.p. abaixo da distrital. Uma possível explicação para esse comportamento é que as medidas de restrição foram adotadas em momentos distintos pelas UFs de forma que houve uma compensação entre o desempenho do comércio nos estados com suspensão das atividades comerciais e aqueles que ainda não haviam adotado ações dessa natureza ou que já haviam iniciado seu processo de liberalização.

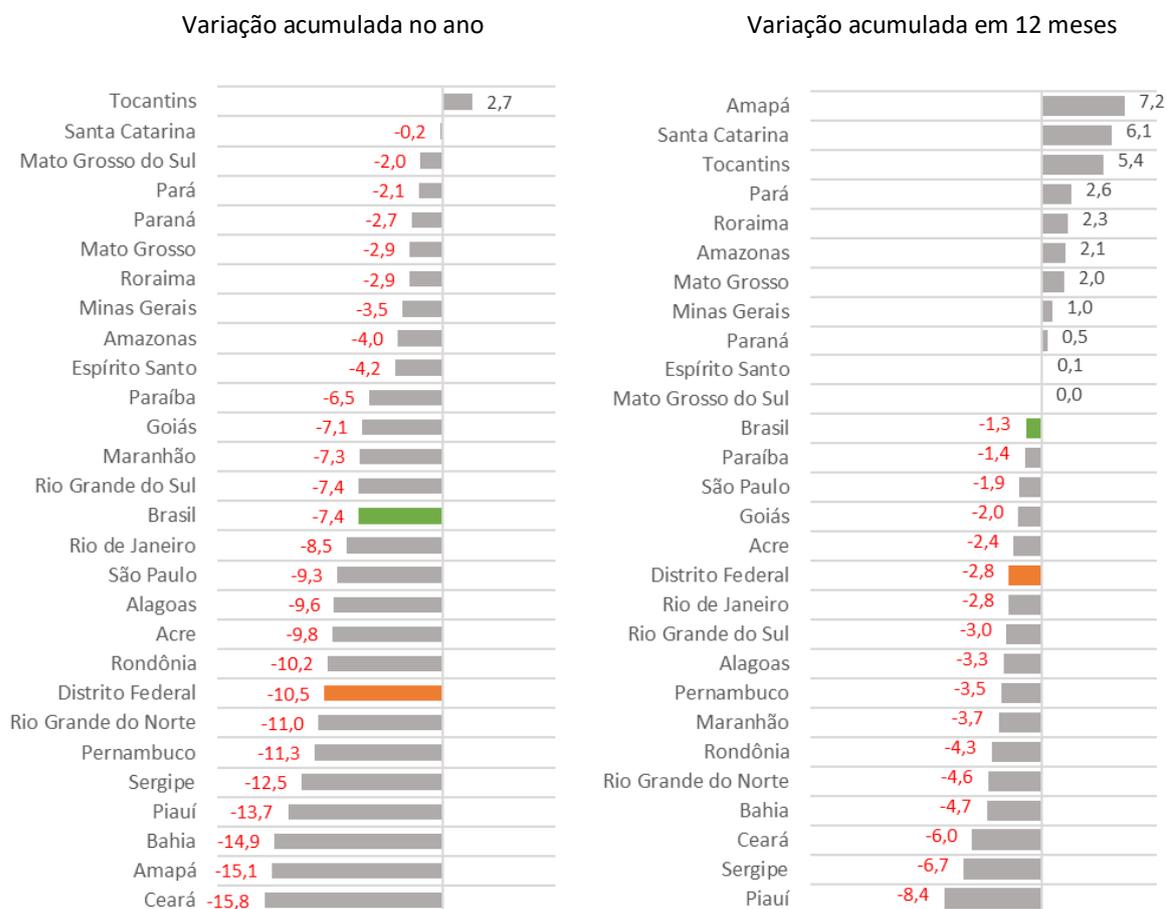
**Gráfico 5** - Variação acumulada em 12 meses do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado - (%) - Brasil e Distrito Federal - janeiro de 2016 a junho de 2020



Fonte: IBGE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

No acumulado do ano, o Distrito Federal é a oitava Unidade da Federação (UF) com a maior variação negativa em 2020, ficando atrás de Estados do Norte e Nordeste. Estas regiões foram fortemente afetadas pela COVID-19 e, por isso, provavelmente as que adotaram medidas mais rigorosas para assegurar o isolamento social e, conseqüentemente, refrear a disseminação da doença entre a população. Outro motivo que pode ajudar a entender o resultado é que essas regiões possuem um alto nível de informalidade, o que impacta no poder de compra dos residentes.

**Gráfico 6 – PMC: Volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Variação acumulada no ano (esquerda) e em 12 meses (direita) – (%) – Brasil e Unidades Federativas – junho de 2020**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Quando os segmentos são analisados separadamente, é possível perceber que o desempenho insatisfatório do comércio não é generalizado. Afinal, as medidas e restrições adotadas no combate a COVID-19 não foram iguais para os diferentes tipos de comércio, impactando mais as atividades não essenciais e com alto potencial de gerar aglomerações e menos aquelas que comercializam produtos essenciais e possuem um atendimento mais individualizado.

Isso fica claro observando o Gráfico 7, onde *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* foram os únicos segmentos a apresentarem crescimento no volume de comércio no acumulado entre janeiro e junho de 2020 como aumentos de 7,7% e 2,2%, respectivamente. Os produtos comercializados nesses estabelecimentos são importantes para a manutenção da alimentação dos indivíduos e dos cuidados com a saúde.

A pandemia também fez com que as pessoas ficassem mais em casa, seja porque estavam cumprindo o isolamento social ou por estarem em regime de teletrabalho, e, assim, se preocupassem em tornar o seu confinamento mais confortável. Isso fez com que aumentassem as reformas e os pequenos consertos e, conseqüentemente, houve uma elevação vendas de materiais de construção. Em junho de 2020, o volume de vendas desse segmento elevou-se 21,4% de forma que a variação acumulada do ano foi reduzida para -0,4%. No acumulado do 1º trimestre, esse percentual era de -0,8%.

**Gráfico 7 -** Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado por segmentos – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Distrito Federal – junho de 2020



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Em contrapartida, os demais sete segmentos pesquisados pelo IBGE sofreram perdas de volume de vendas significativas ao longo de 2020. O destaque é dado aos Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação que registrou uma contração de 53,6%, em parte, estimulada pela diminuição do uso desses itens pelas famílias.

*Tecidos, vestuário e calçados (-43,9%), Veículos, motocicletas, partes e peças (-19,5%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-19,4%)* além de *Móveis e eletrodomésticos (-5,7%)* são segmentos que tiveram seu volume de venda comprimido, majoritariamente, pela combinação de queda na demanda e longo período de fechamento dos estabelecimentos durante o segundo trimestre de 2020. *Livros, jornais, revistas e papelaria* apresentaram uma redução de 38,3%, enquanto que no caso de *Combustíveis e lubrificantes (-16,5%)*, pesou também a redução do número de deslocamentos de veículos.

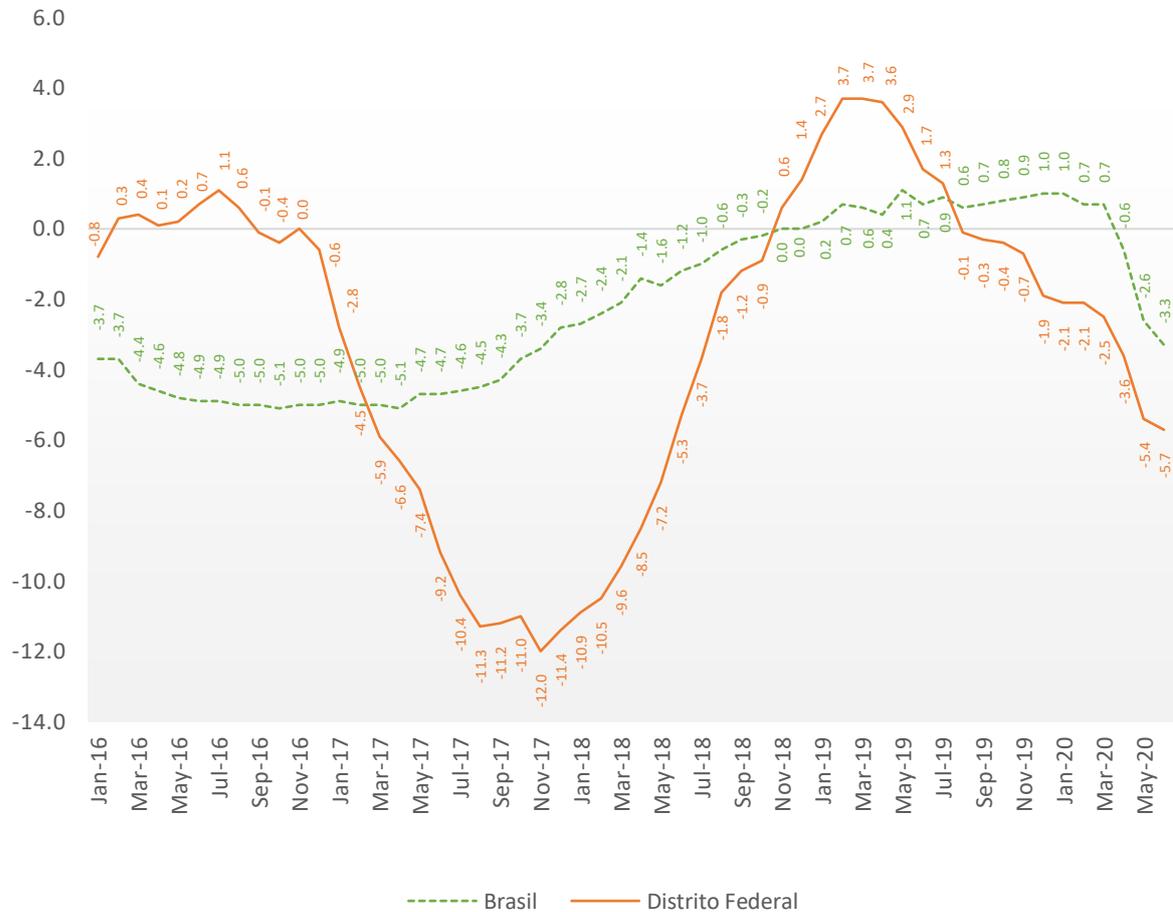
Dessa forma, fica evidente que a pandemia impulsionou o comércio de produtos considerados essenciais, mas prejudicou o desempenho daqueles não relacionados com o consumo de produtos básicos. Vale lembrar, no entanto, que, se não houver uma interrupção do ciclo vicioso causado pela contração da renda sobre a demanda local, que reforça o desemprego, os efeitos podem perdurar por um longo período no Distrito Federal.

#### **4. Serviços**

O volume de serviços oferecidos na capital do país, em queda desde o início de 2019, teve seus resultados negativos agravados pela pandemia. As restrições impostas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e o isolamento social fizeram com que, no período de 12 meses findos em junho de 2020, o segmento de serviços acumulasse uma queda de 5,7% de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), também divulgada pelo IBGE (Gráfico 8). Considerando o resultado obtido no 2º trimestre de 2020, verificou-se uma variação ajustada sazonalmente de -19,1% frente aos primeiros três meses do ano. Isso pode ser considerado um aprofundamento do declínio no ritmo de atividade dos serviços, pois, no 1º trimestre de 2020, a queda, corrigida pela sazonalidade, foi de -0,7%.

Ainda de acordo com o Gráfico 8, é possível perceber que o nível de atividade dos serviços no Distrito Federal encontra-se abaixo do comportamento médio do país, retratado pelo volume de serviços calculado para o Brasil (-3,3%) e que essa situação não é recente, mantendo-se desde meados de 2019. A diferença entre os resultados distrital e nacional, no entanto, diminuiu com o advento da crise da saúde pública.

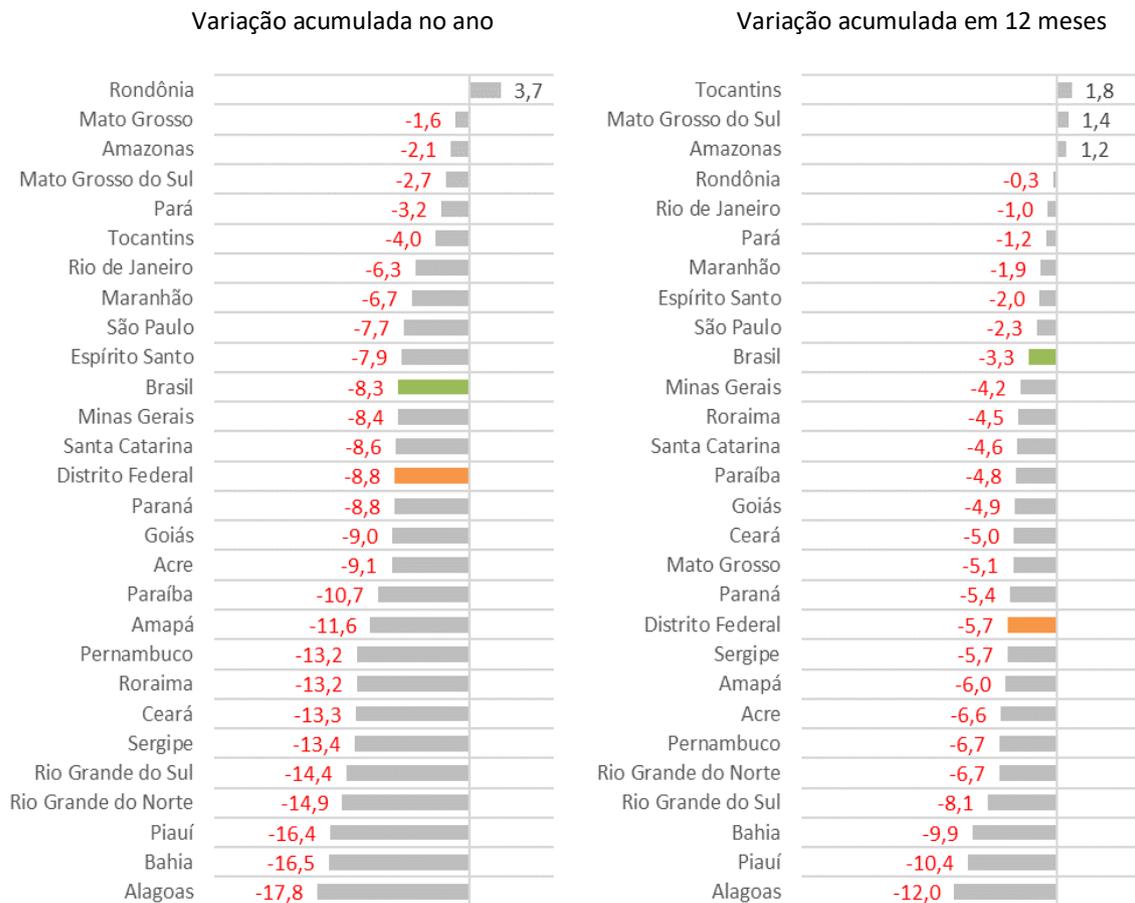
**Gráfico 8 – Variação acumulada em 12 meses do volume de serviços – (%) – Brasil e Distrito Federal – janeiro de 2016 a junho de 2020**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Vale mencionar que a contração do volume de serviços foi generalizada no Brasil. Como observado no Gráfico 9, no acumulado entre janeiro e junho de 2020, todos os estados brasileiros, com exceção de Rondônia, observaram uma queda na procura por serviços. Dentre todas as UFs, o Distrito Federal obteve o 13º melhor resultado acumulado nos seis primeiros meses de 2020 com uma variação negativa de -8,8%, enquanto a média nacional foi de -8,3% em relação a igual período do ano anterior.

**Gráfico 9 – PMS: Volume de Serviços – Variação acumulada no ano (esquerda) e em 12 meses (direita) – (%) – Brasil e Unidades Federativas – junho de 2020**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Para uma análise mais detalhada dos motivadores dessa significativa queda no volume de serviços na capital federal, é preciso avaliar o impacto sobre cada grupo de serviço prestado no mercado local. No Gráfico 10, fica claro que as categorias de *Serviços prestados às famílias* e de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* foram decisivas para o baixo desempenho do setor de serviços na região.

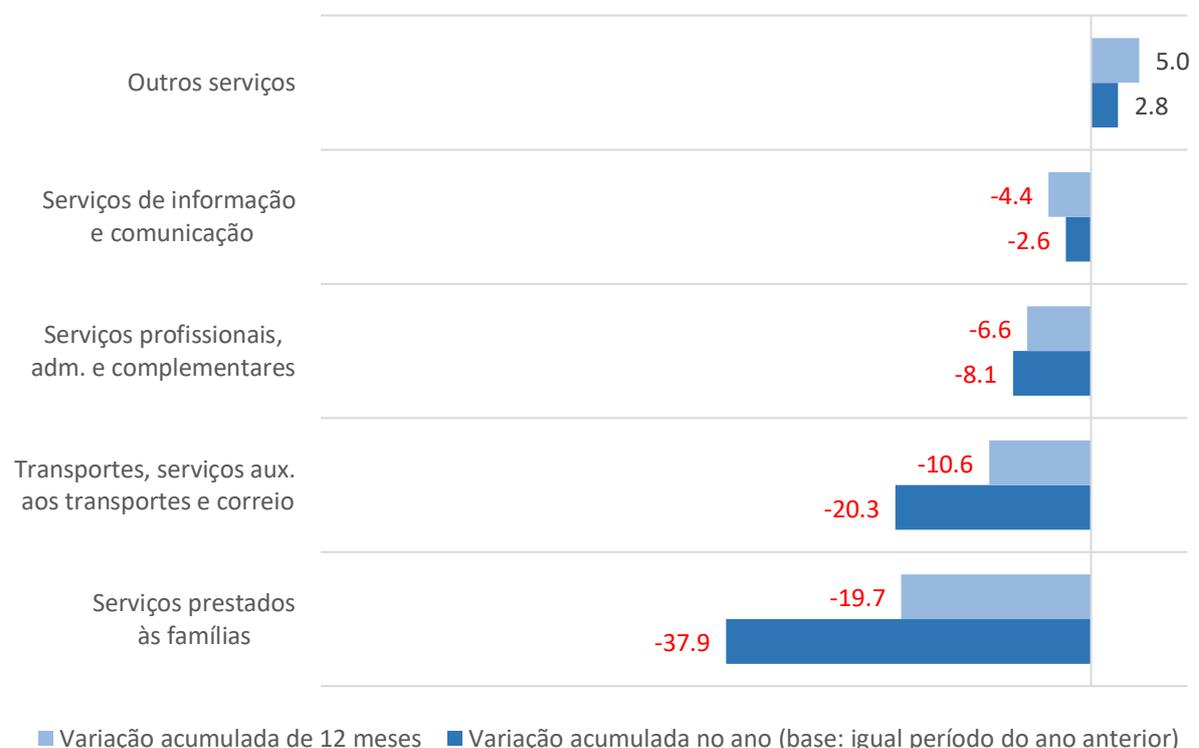
Os *Serviços prestados às famílias*, especificamente, obtiveram o pior resultado para um 2º trimestre desde o início da série disponibilizada pelo IBGE em 2011, acumulando no ano uma retração de 37,9% (Gráfico 10). Essa categoria avalia a procura por serviços de alojamento (hotéis, albergues, pousadas), de alimentação (*self-services*, restaurantes, pizzarias, *food trucks*, buffets, etc.), e por serviços mais gerais como academias, teatros, eventos culturais e esportivos, casas de cultura, entre outros, e foi a mais impactada pela pandemia.

Justamente pelas características intrínsecas às atividades desempenhadas, esse grupo de serviços foi impedido de manter sua rotina normal, sendo aqueles que tiveram seu funcionamento interrompido por maior período de tempo, bem como tendo tido sua capacidade de atendimento regulada e reduzida a fim de minimizar a continuidade de disseminação da Covid-19. Até o fim do segundo trimestre, muitas dessas atividades ainda estavam suspensas.

No que se refere aos *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio*, a retração acumulada no ano foi de 20,3%, refletindo, em parte, a permanência maior das pessoas em suas casas. Seja pela instituição do regime de teletrabalho, pelo respeito ao isolamento social, pela restrição de circulação entre cidades, estados e países ou simplesmente pelo fechamento dos estabelecimentos comerciais e locais públicos de convívio dos indivíduos, houve uma brusca redução das necessidades de deslocamento, impactando a demanda pelo serviço de transporte e, conseqüentemente, afetando toda a cadeia envolvida.

A única categoria que ainda sustenta um resultado positivo no ano de 2020 é a de *Outros serviços* com um crescimento acumulado de 2,8% no primeiro semestre do ano corrente. Contudo, esse grupo reúne atividades bastante distintas e, dada a impossibilidade de um maior detalhamento, não é possível fazer uma inferência sobre o que está motivando essa alta.

**Gráfico 10** – PMS: Volume de Serviços – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Segmentos de Serviços – Distrito Federal – Março de 2020



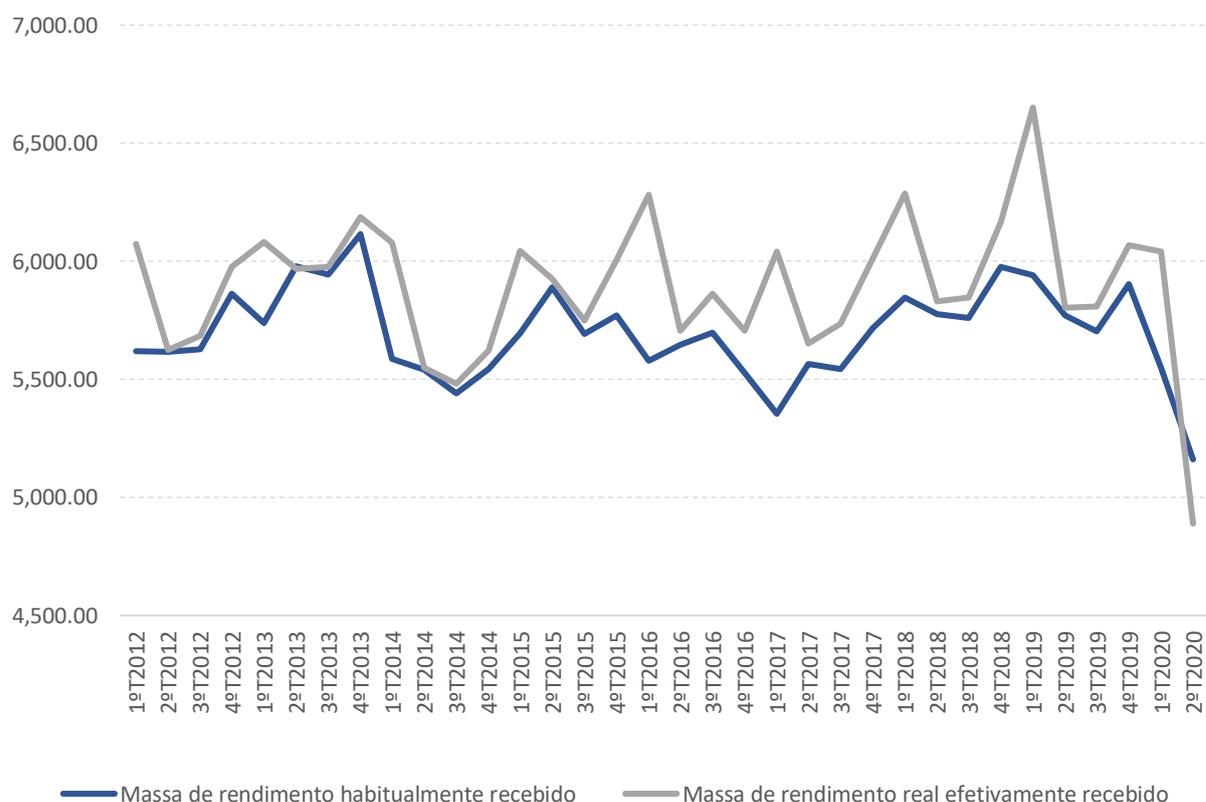
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Novamente, é factível afirmar que a pandemia é o principal fator conjuntural que está influenciando o comportamento da demanda do Distrito Federal por serviços. Com a reabertura dos estabelecimentos comerciais de prestação de serviços que permanecem fechados, como é o caso de cinemas, escolas e outros, e com a flexibilização de horários de funcionamento e da capacidade de atendimento há uma tendência de uma melhora dos indicadores da PMS para a região.

### Indicadores auxiliares

A perda do poder de compra pela população local ajuda a explicar a redução da demanda na aquisição de bens e serviços. Isso se deve ao fato de que, em função da pandemia, muitos moradores do DF perderam seus empregos, alguns afastados de suas funções e outros tiveram seus contratos alterados com redução da carga horária e proporcional redução dos salários. Diante dessa situação, pela primeira vez desde 2012, a massa de rendimento real efetivamente recebida no Distrito Federal, no 2º trimestre de 2020, ficou abaixo dos valores habitualmente recebidos na região e atingiu R\$ 4.889,00 milhões (Gráfico 11).

**Gráfico 11** – PNADC Trimestral: Massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente e efetivamente recebidos no mês de referência – (Milhões de Reais) – Distrito Federal – 1T2012 a 2T2020



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

O comportamento da massa salarial demonstra a clara diminuição do potencial de consumo das famílias locais, uma vez que, ao receber um menor rendimento, os indivíduos tendem a conter seus gastos e a poupar diante das incertezas. Por isso, acredita-se que essa situação tenha contribuído para reforçar resultados negativos do comércio varejista ampliado e dos serviços prestados na capital.

Em contrapartida, o governo federal adotou medidas para tentar recompor uma parcela da receita das famílias. Dentre elas, a concessão do auxílio emergencial que representa uma transferência de renda direta às pessoas e, conseqüentemente, uma complementação do valor disponível para as despesas mensais das famílias.

De acordo com o IBGE, em junho de 2020, cerca de 32,8% dos domicílios do Distrito Federal receberam auxílio emergencial e o valor médio do benefício por domicílio foi de R\$ 838,00<sup>6</sup>. Adicionalmente, o Governo do Distrito Federal (GDF) implementou o Programa Renda Mínima Temporário<sup>7</sup> que prevê a concessão de R\$ 408,00 àqueles indivíduos não contemplados em nenhum outro programa social federal ou distrital.

De certa forma, os recursos transferidos às famílias do DF ajudaram a manter o consumo mínimo de bens e serviços e, assim, auxiliaram os indicadores da PMS e da PMC a não terem sido ainda piores do que os verificados. Importante mencionar que os resultados das pesquisas de comércio e serviços para a capital parecem confirmar a suspeita de que esses recursos adicionais foram investidos, principalmente, para a compra de alimentos e contratação de serviços indispensáveis.

Outra importante medida do auxílio federal foram as consecutivas reduções da taxa Selic, a taxa básica de juros brasileira, que derrubaram a meta para 2,25% no 2º trimestre de 2020. Com isso, o Banco Central consegue reduzir o custo de contratação de crédito, seja para pessoas físicas, colaborando para amenizar a contração da receita das famílias, ou para pessoas jurídicas, que podem utilizá-lo para realizar investimentos e financiar o capital de giro para manter as empresas funcionando.

No tocante aos indivíduos, é possível acompanhar a evolução do saldo de crédito concedido a pessoas físicas no Distrito Federal em valores reais. Conforme apresentado no Gráfico 12, verifica-se que, no 2º trimestre de 2020, o saldo médio de crédito contratado foi de R\$ 55.547,15 milhões, o que significa um aumento de 6,35% em relação aos R\$ 52.229,30 milhões contratados no 2º trimestre de 2019. A evolução representa um aumento de recursos circulando na economia local e, por isso, pode ser interpretada como uma expansão do potencial de consumo local.

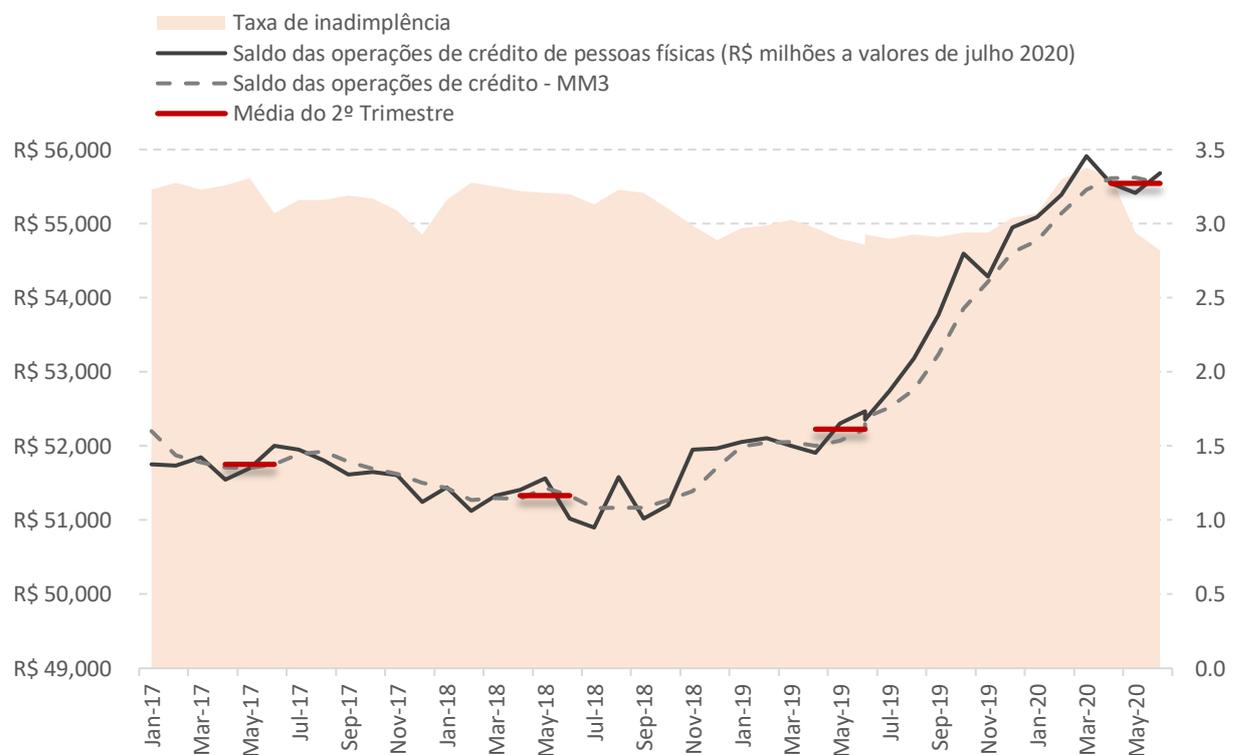
---

<sup>6</sup> Resultados da Pnad Covid do IBGE.

<sup>7</sup> O Programa Renda Mínima Temporário foi criado no âmbito das medidas do GDF de enfrentamento a COVID-19. Entre os critérios a serem cumpridos pelos beneficiários estão: residir no DF e não serem atendidos por programas como Bolsa Família, DF Sem Miséria, Bolsa Alfa, Benefício de Prestação Continuada ou pelo Auxílio Emergencial, previsto na Lei Federal 13.982, de 2 de abril de 2020.

A redução da taxa de inadimplência também é um importante indicador da saúde financeira das famílias, sinalizando que, apesar da alta na contratação de crédito, elas estão conseguindo saldar suas dívidas e, portanto, não estão comprometendo sua renda e o seu consumo futuros. No 2º trimestre de 2020, a quantidade de pessoas com uma dívida em aberto no Distrito Federal caiu de 3,32%, em abril, para 2,82% em junho. Cabe mencionar que é possível que os benefícios concedidos pelas autoridades federal e distrital podem ter influenciado essa queda no número de inadimplentes por terem proporcionado meios monetários para as famílias saldarem suas contas não pagas.

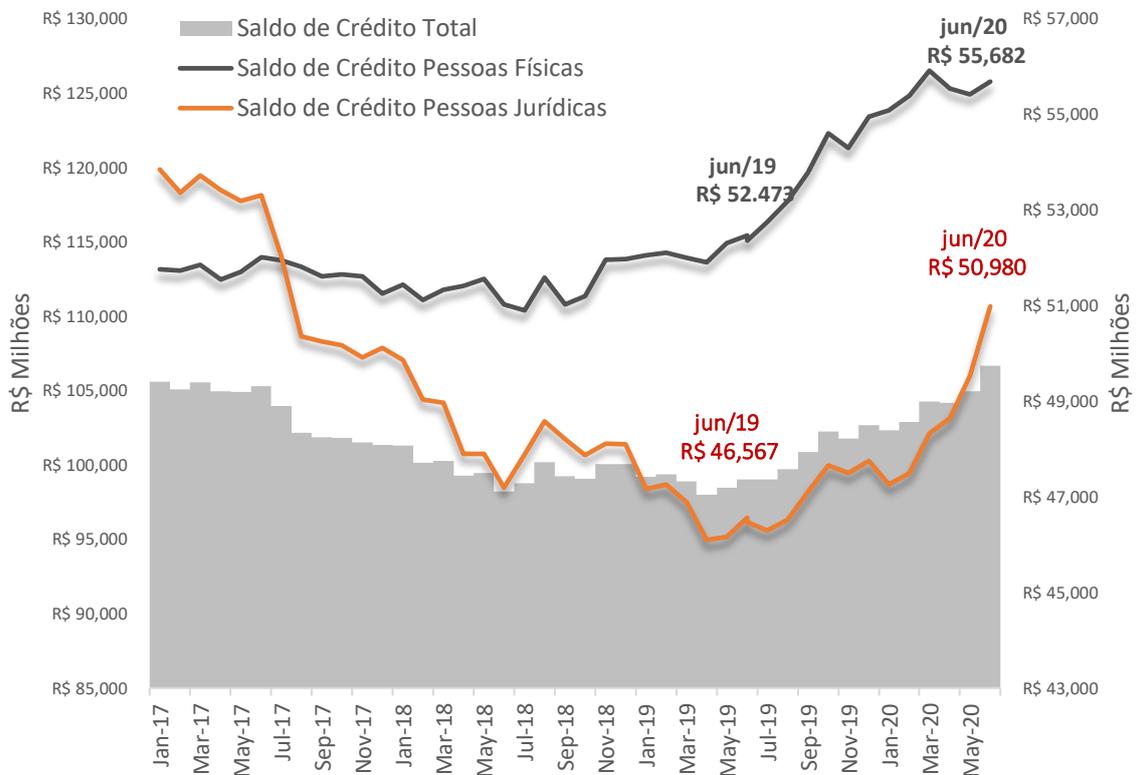
**Gráfico 12** - Saldo de crédito a pessoas físicas (R\$ valores a preços de março de 2020) e taxa de inadimplência de pessoas físicas (%) – janeiro de 2016 a junho de 2020 – Distrito Federal



Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Em relação a pessoas jurídicas, a tendência recente é de crescimento da captação de crédito pelas empresas. O movimento iniciado em janeiro de 2020 parece perdurar e não ter sido influenciado diretamente pela pandemia da Covid-19. No 2º trimestre de 2020, a média de saldo concedido às pessoas jurídicas foi de R\$ 49,72 bilhões, apresentando um crescimento real de 4,25% em relação aos R\$ 47,70 bilhões contratados no 1º trimestre de 2020 e de 7,44% frente ao 2º trimestre de 2019 (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Saldo das operações de crédito (R\$ valores a preços de julho de 2020) – pessoas físicas e pessoas jurídicas – janeiro de 2017 a junho de 2020 – Distrito Federal**

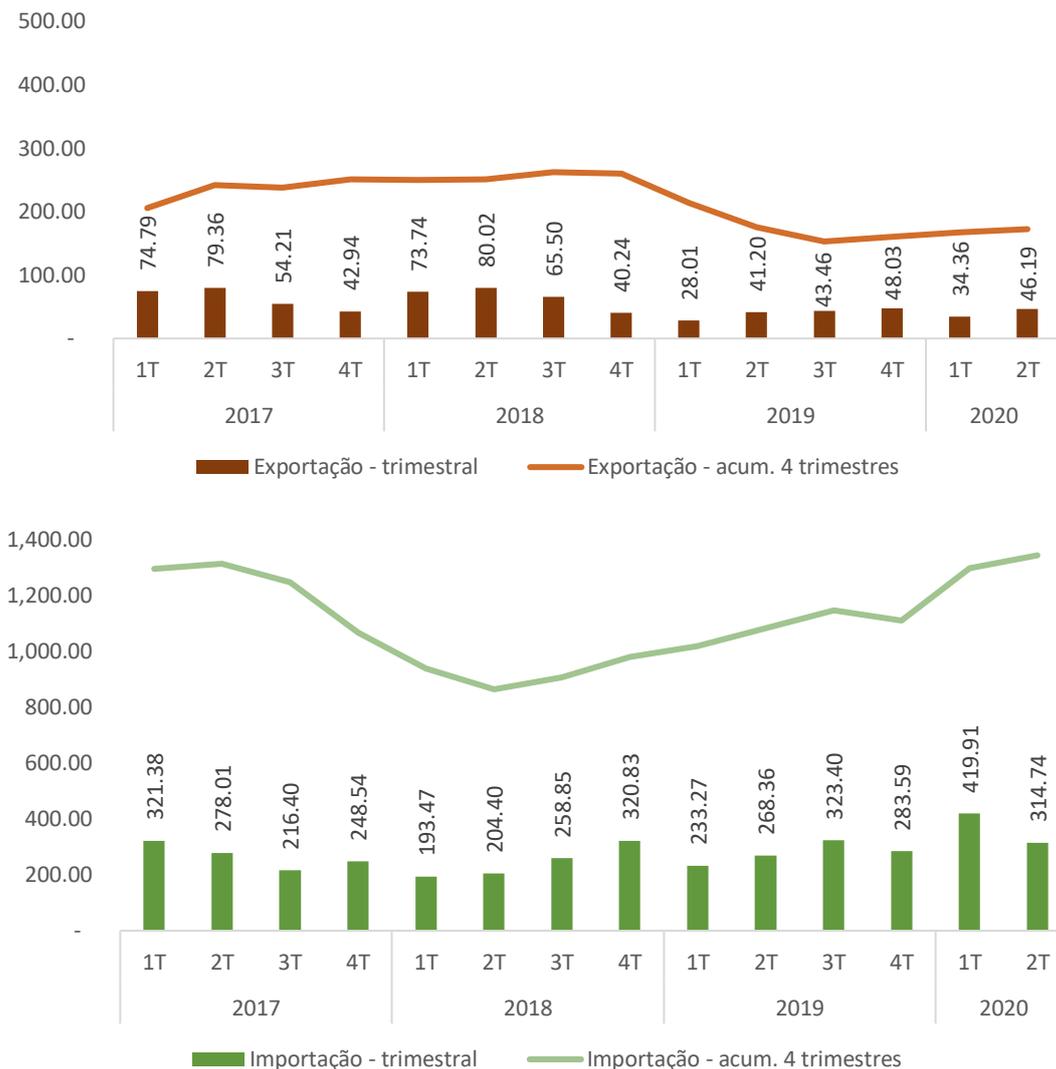


Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

A expansão das operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas representa uma ação que busca minimizar os efeitos do atual ciclo econômico que possui um viés de desaceleração do nível de atividade econômica. Como mencionado anteriormente, com mais dinheiro em circulação no mercado local, o nível de consumo das famílias e das empresas consegue se sustentar parcialmente, o que estimula a economia da região.

Outro termômetro do nível de atividade local é o volume de trocas entre a economia do Distrito Federal e a de outros países, onde as exportações complementam as informações sobre a produção local e as importações são indicativos adicionais sobre o nível de consumo do mercado da região. Os números agregados do comércio exterior para o DF estão apresentados no Gráfico 14.

**Gráfico 14 – Comércio exterior: Evolução do valor de exportações e importações – Distrito Federal – 1T16 a 1T20 – US\$ milhões FOB**

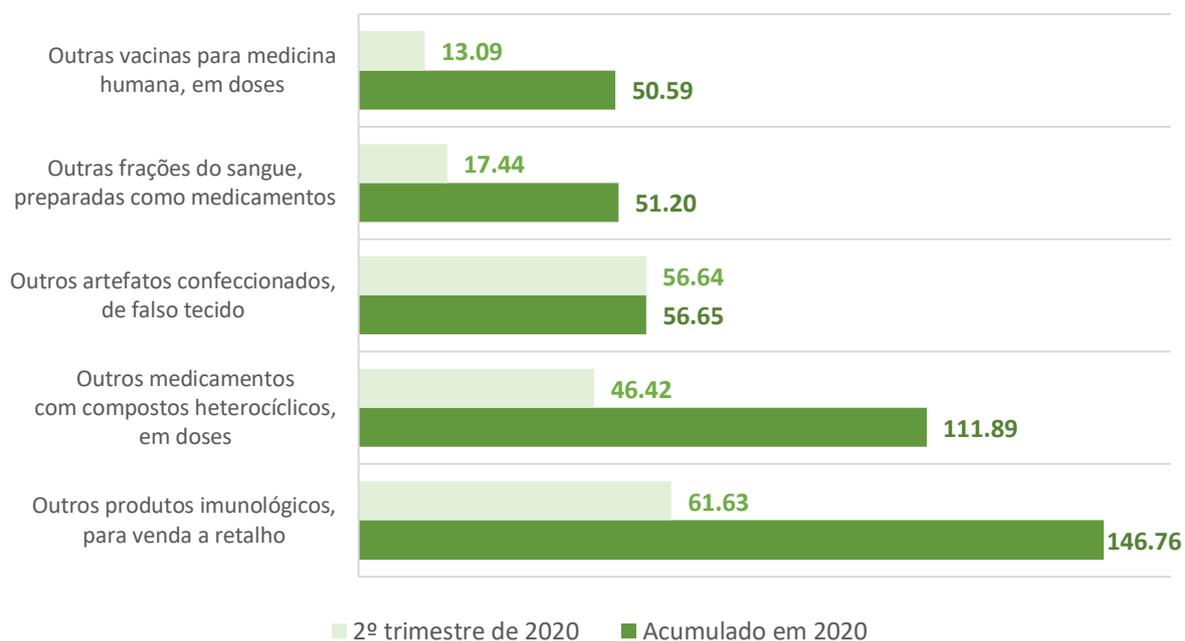


Fonte: Comex Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

No que se refere às importações, verificou-se uma redução de 25,05% do valor adquirido em produtos de origem estrangeira entre o segundo trimestre, que registrou a entrada de US\$ 314,74 milhões, e o primeiro, quando o montante foi de US\$ 419,91 milhões. Ainda assim, o valor importado é o maior para um segundo trimestre desde 2014 (US\$ 366,64 milhões) e parte da explicação desse aumento está na composição de pauta da importação do Distrito Federal.

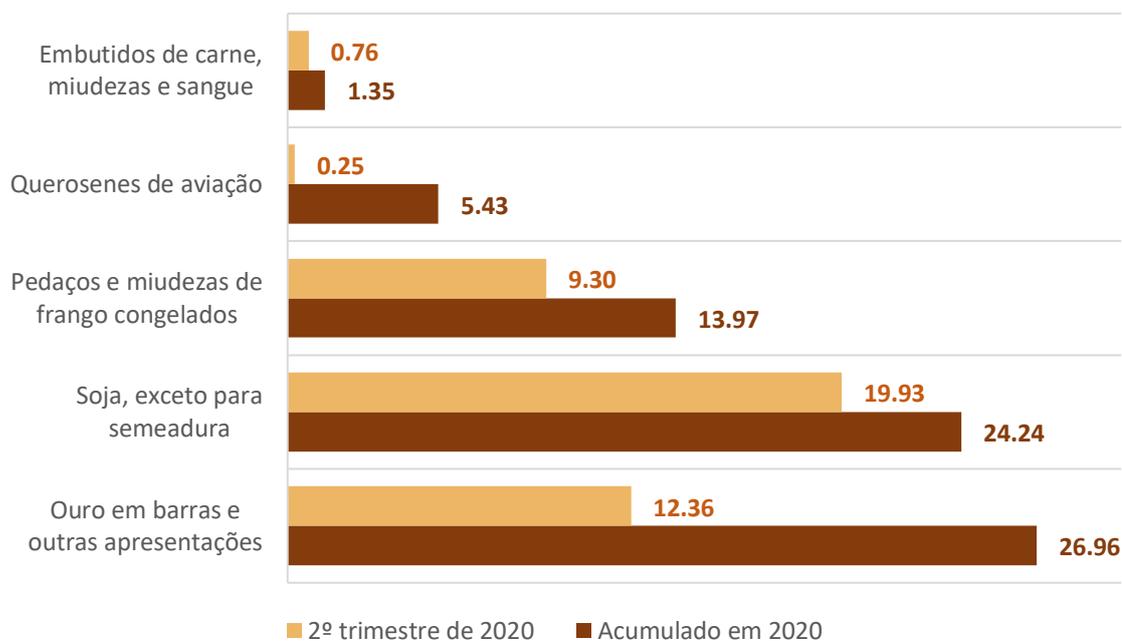
De acordo com o Gráfico 15, os cinco principais produtos adquiridos do mercado externo, que chegaram a 56,77% de todo o valor importado no ano de 2020, correspondem a medicamentos e vacinas. Na atual conjuntura de pandemia, esses produtos tiveram sua demanda estimulada no intuito de tratar as pessoas infectadas pela COVID-19. Além disso, cabe lembrar que a aquisição desses fármacos pelo governo federal é concentrada e registrada no DF, mesmo que eles sejam destinados ao abastecimento de outros estados.

**Gráfico 15** – Comércio exterior: Importações – Principais posições do Distrito Federal, por NCM – Resultado do 2º trimestre de 2020 e acumulado no ano – US\$ milhões FOB



Fonte: Comex Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

**Gráfico 16** – Comércio exterior: Exportações – Principais posições do Distrito Federal, por NCM – Resultado do 2º trimestre de 2020 e acumulado no ano – US\$ milhões FOB



Fonte: Comex Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN

Já as exportações do 2º trimestre de 2020 sofreram uma alta de 34,43% ante o resultado do 1º trimestre e de 12,11% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento reflete, principalmente, a comercialização dos cinco produtos que concentram 89,32% do valor total transacionado ao longo do ano e que estão discriminados no Gráfico 16.

A variação trimestral foi impulsionada pelo envio de US\$ 19,93 milhões em *Soja, exceto para semeadura* para o exterior, o que representa um aumento de 6,44% em relação ao 2º trimestre de 2019. O aumento na exportação da oleaginosa durante o período que compreende os meses de abril a junho é, no entanto, sazonal e sinaliza, entre outros fatores, o fim da colheita na região do Centro-Oeste. No acumulado do ano, o destaque é conferido ao *Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça*, cujas exportações foram responsáveis por arrecadar um montante de US\$ 26,96 milhões para a economia distrital.

# Seção III

## Análise de Preços

### 1. Sumário

Em 2020, o Distrito Federal apresentou, pela primeira vez desde 2012, deflação no 2º trimestre, registrando uma queda de 0,40% nos preços praticados no mercado local e mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado coloca a capital como a nona UF com a maior variação negativa dentre as regiões pesquisadas e reflete os efeitos nocivos das restrições impostas às atividades comerciais locais, principalmente, sobre a demanda de bens e serviços da região. Dentre os grupos pesquisados que contribuíram para a alta do índice geral destacaram-se o de *Alimentação e bebidas* (+0,37 p.p.) e *Saúde e cuidados pessoais* (+0,17 p.p.). Por outro lado, *Transportes* (-1,09 p.p.), *Vestuário* (-0,03 p.p.) e *Despesas pessoais* (-0,02 p.p.) foram determinantes para assegurar a deflação observada no período. A consequência direta desse cenário, o IPCA acumulado em 12 meses rompeu o limite inferior da meta de inflação determinado pelo Banco Central (+2,5%) e chegou a +1,64%.

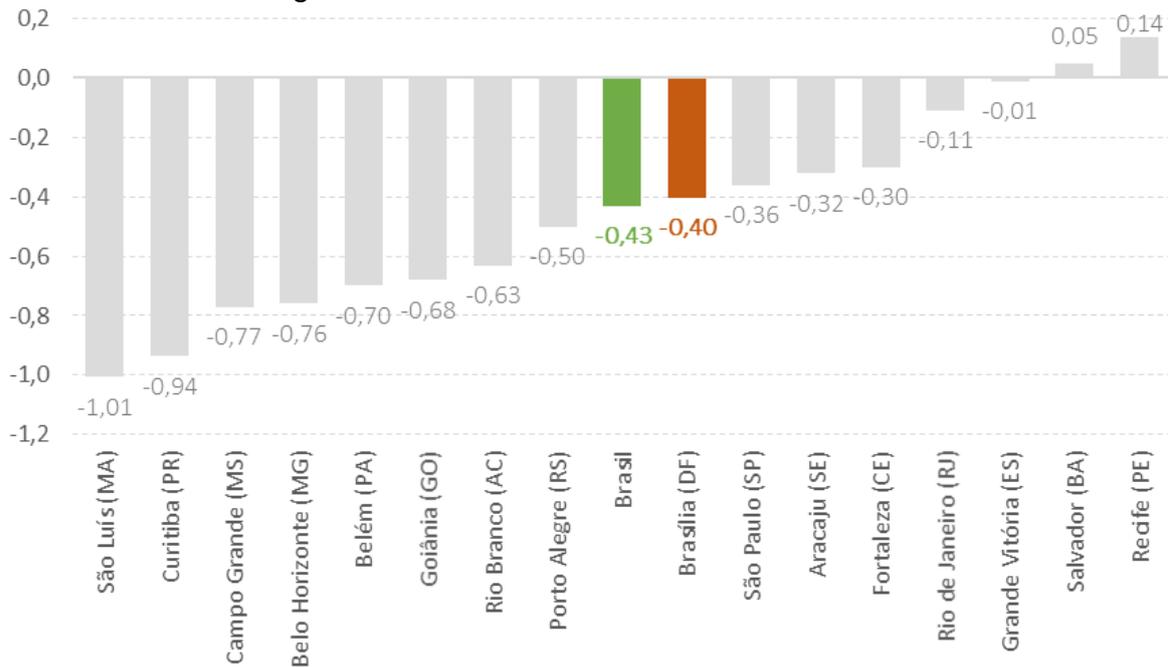
No que se refere ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que avalia a variação dos preços para a parcela da população que recebe de um a cinco salários mínimos, verifica-se uma deflação de 0,33% no DF. Isso se deve, entre outros fatores, ao menor peso que as *Passagens aéreas* possuem nesse indicador, fazendo com que a variação negativa do grupo *Transportes* não tenha sido tão expressiva quanto a verificada no IPCA. O Banco Central sinaliza, por meio do Boletim Focus, que as expectativas são de que o IPCA feche o ano em +1,77%<sup>8</sup>.

### 2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

As mudanças impostas pelas medidas de combate a COVID-19 ditaram o comportamento da demanda e da oferta durante todo o segundo trimestre de 2020, pressionando para baixo o nível de preços. Dessa forma, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Distrito Federal acumulado entre abril e junho de 2020 ficou em -0,40%, conforme apresentado no Gráfico 01. O percentual é bem próximo ao do registrado para o Brasil no período, -0,43%, e posiciona o DF como a nona Unidade da Federação (UF) com a maior variação negativa dentre as regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>8</sup> Boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) de 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200828.pdf>

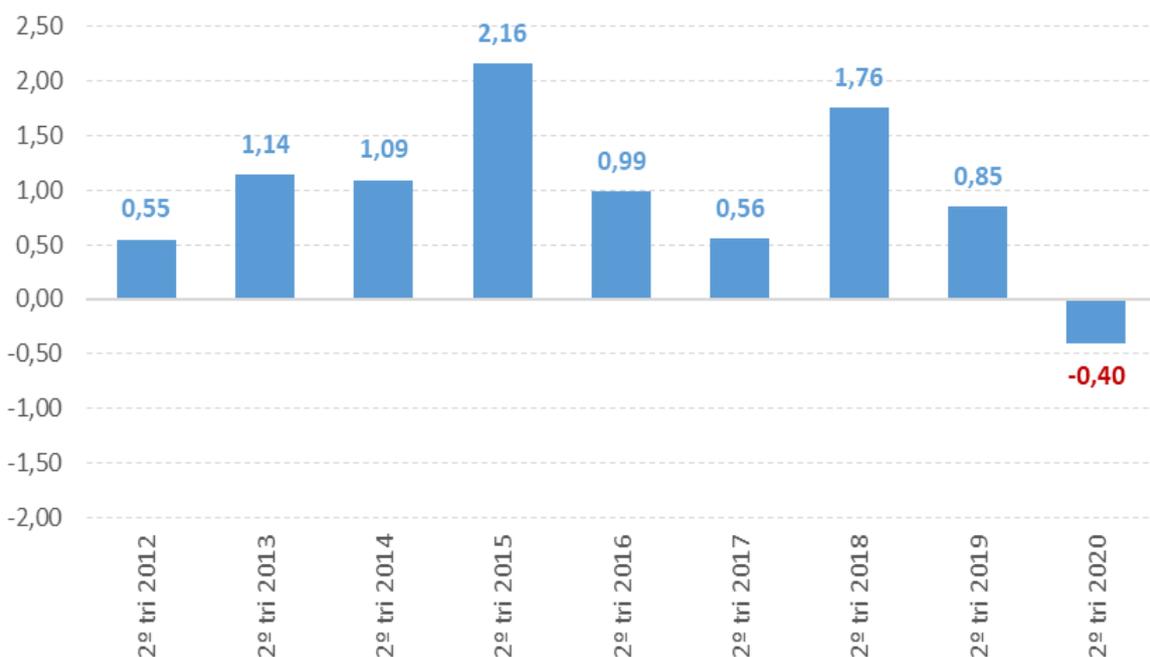
**Gráfico 1 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 2º trimestre de 2020 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Pela série histórica do IBGE, é possível perceber que a cada trimestre de 2020 o Distrito Federal vem renovando o mínimo para o período analisado. O resultado do 2º trimestre, por exemplo, é o primeiro a registrar deflação para o período analisado desde 2012 (Gráfico 02). Essa constatação reforça o entendimento de que a Covid-19 gerou impactos negativos significativos sobre os preços.

**Gráfico 2 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Distrito Federal – 2º trimestre de 2012 a 2º trimestre de 2020 - %**



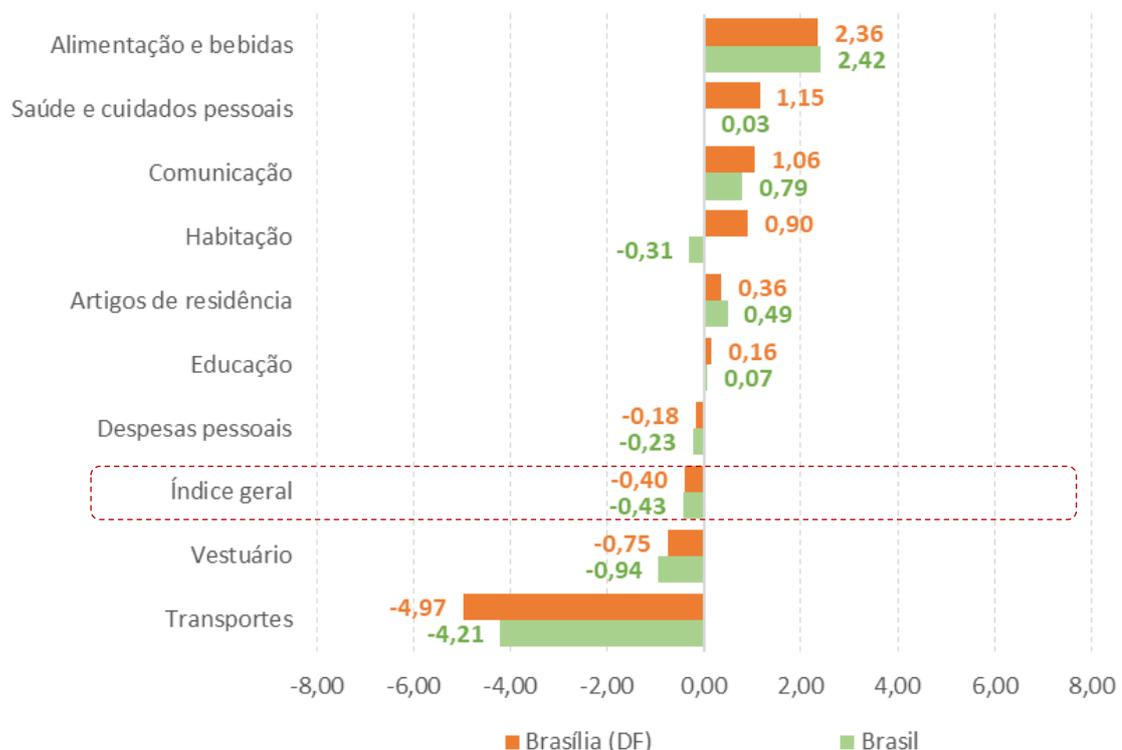
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Essa situação representa uma queda da demanda superior à da oferta no mercado distrital. No entanto, é necessário distinguir o comportamento das diferentes atividades produtivas, uma vez que elas foram afetadas de formas distintas. Afinal, as atividades essenciais continuaram exercendo suas funções.

A mencionada dinâmica é evidenciada no Gráfico 3. Os preços de produtos classificados como *Alimentação e Bebidas* apresentaram uma alta de 2,36% no 2º trimestre de 2020 na capital federal. Isso pode estar associado, entre outros fatores, a maior procura por esses gêneros, visto que as pessoas em distanciamento social passaram a fazer mais refeições em casa. Em compensação, os *Transportes* tiveram uma redução de 4,97% nos preços praticados no DF, possivelmente estimulado pela queda no número de deslocamentos na capital nas diferentes modalidades que compõe esse grupo.

Adicionalmente, é possível verificar que há um comportamento de preços bastante alinhado com a média nacional, com a exceção do observado para *Habitação*. No Distrito Federal, a categoria observou uma alta de preços de 0,90% no 2º trimestre de 2020, enquanto em nível nacional houve uma deflação de 0,31%. Uma parcela dessa diferença se deve a *Taxa de água e esgoto* (+4,86%), em resposta à mudança na metodologia de cálculo do valor devido no DF, que eliminou a cobrança da tarifa mínima<sup>9</sup>.

**Gráfico 3 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, por grandes grupos – Brasil e Distrito Federal – 2º trimestre de 2020 - %**

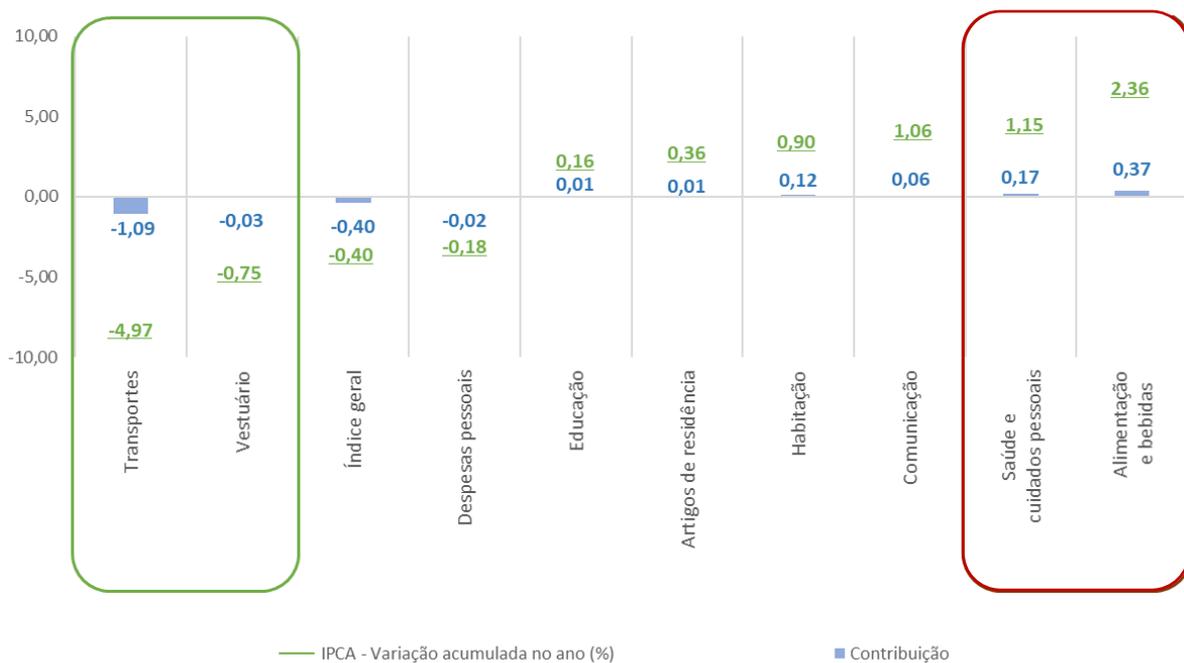


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

<sup>9</sup> A partir do dia 1º de junho de 2020, a Caesb começou a aplicar as alterações provocadas pela Lei Distrital no. 6.272/2019, que implementa uma nova forma de cobrança das tarifas de água e esgoto no Distrito Federal.

Em termos de contribuição, aspecto que não leva apenas a variação dos preços no período em consideração, mas também o peso dos produtos na cesta de consumo do DF, consegue-se distinguir aquelas categorias que se destacaram por pressionar para cima a inflação local e as que contribuíram para diminuir o nível de preços da região. A participação dos grandes grupos de bens e serviços na composição do IPCA da capital do país é mostrada no Gráfico 4.

**Gráfico 4** – IPCA: Contribuição dos grandes grupos de bens e serviços para a inflação – Distrito Federal – 2º trimestre de 2020 – p.p.



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

As maiores contribuições positivas ficaram a cargo das categorias de *Alimentação e bebidas* (+0,37 p.p.) e de *Saúde e cuidados pessoais* (+0,17 p.p.). Ambos os grupos tiveram parcela de sua alta associada ao aumento da demanda pelos produtos que os compõem, além de serem coincidentes com as atividades que continuaram funcionando durante a pandemia por serem consideradas essenciais.

A primeira, como mencionado anteriormente, reflete a maior procura por gêneros alimentícios pelas pessoas em isolamento social, o que é corroborado pela variação positiva de 2,71% na *Alimentação no domicílio* no 2º trimestre de 2020. Além disso, é necessário mencionar que, entre o 1º (+0,66%) e o 2º trimestre de 2020 (+2,36%), houve uma aceleração da inflação dos alimentos e bebidas. Essa situação merece atenção por representar um encarecimento desses produtos e, conseqüentemente, um comprometimento do poder de compra das famílias de baixa renda, que gastam uma maior parcela dos seus rendimentos com a sua aquisição.

O segundo, por sua vez, repercute tanto a expansão da procura por *Produtos farmacêuticos* (+2,73%) em função de uma maior preocupação dos indivíduos com a manutenção da saúde pessoal, quanto a autorização do governo federal, em 1º de junho de 2020, para a implementação de um reajuste de até 5,21% nos preços dos medicamentos. O percentual a ser aplicado pela indústria farmacêutica depende do tipo do remédio e da sua disponibilidade no mercado brasileiro<sup>10</sup>. Além disso, é importante mencionar que o valor teto aprovado foi superior ao de 2019 (+4,33%).

Contrabalanceando as altas, apresentam-se os preços de serviços de *Transportes* (-4,97%) e os de venda de *Vestuário* (-0,75%), que contribuíram com -1,09 p.p. e -0,03 p.p., respectivamente, para o índice geral do IPCA do Distrito Federal. Novamente, o comportamento dos grupos mencionados está bastante relacionado com o impacto causado pelas medidas de combate à disseminação da COVID-119.

No que se refere aos *Transportes*, é possível verificar que, com a manutenção do isolamento social no 2º trimestre de 2020 na capital federal, houve um desestímulo à realização de viagens. A diminuição dos deslocamentos dos brasilienses para outras regiões impactou negativamente os preços do transporte por *Ônibus interestadual*, que registrou uma deflação de 0,88%, e das *Passagens aéreas*, com redução de 40,79%. Vale mencionar que, dada a estrutura econômica da capital do país, as passagens aéreas possuem uma elevada participação na cesta de consumo local e, por isso, sua deflação impactou fortemente o resultado do trimestre analisado. No que se refere às movimentações dentro da cidade, a maior contribuição para a queda do valor pago pelo serviço de transporte veio do *Transporte por aplicativo* (-22,62%). O resultado desse comportamento foi uma baixa de 14,84% nos preços do *Transporte público* no período analisado.

Dentro desse grupo, também é importante analisar o comportamento dos *Combustíveis*, já que eles são componentes essenciais da estrutura de custos das empresas prestadoras do serviço de transporte por serem um dos principais insumos utilizados na atividade e importante, também, na estrutura de despesa das famílias. Nesse sentido, destaca-se que houve uma diminuição de 8,99% nos preços dessa categoria de produtos, valor que poderia ter sido mais expressivo se não fossem os sucessivos reajustes feitos pela Petrobras ao longo do trimestre em análise<sup>11</sup>. O impacto da gasolina e do diesel, será detalhado em seguida.

Já a deflação verificada nos artigos de *Vestuário* pode ser, em parte, explicada pela prática de concessão de descontos nos produtos comercializados. Como os estabelecimentos que trabalham com a venda de roupas, calçados e acessórios

<sup>10</sup> O valor do reajuste aprovado pelo governo federal se divide em três faixas diferentes: aumento de 5,21% para os remédios que são encontrados mais facilmente no mercado e têm alta concorrência; um reajuste médio de 4,22% para os medicamentos que têm uma concentração moderada; e um reajuste de 3,23% para os remédios que têm pouca concorrência no Brasil.

<sup>11</sup> Entre abril e junho de 2020, a Petrobras reajustou 8 vezes o preço da gasolina e do diesel. A maioria das vezes (6 reajustes), as intervenções se deram no sentido de majorar os preços nas refinarias.

permaneceram fechados por bastante tempo durante a pandemia, os estoques se acumularam. Para estimular consumidores a voltarem a comprar esses bens, muitas lojas adotaram estratégias de liquidação para reduzir o preço e tornar sua aquisição mais atrativa.

Ao aprofundar a análise ao nível de subitens, chamam a atenção as contribuições de +0,11 p.p. ao índice geral do *Lanche* fora do domicílio e do *Plano de saúde*. A inflação no lanche, cuja variação foi de +6,28%, é, possivelmente, uma resposta à alta dos alimentos, enquanto a dos planos de saúde se apresenta relacionada aos reajustes normais da categoria. A *Taxa de água e esgoto*, por seu turno, adicionou mais 0,08 p.p. ao IPCA da região<sup>12</sup>.

A variação de +109,33% da Cebola, que acrescentou 0,06 p.p. à inflação local, está associada a problemas na oferta nacional do produto. A queda das importações brasileiras desse legume em função da alta do dólar, combinada com uma produção nacional prejudicada por problemas climáticos, pressionou a alta de preços. A situação só deve melhorar quando iniciar a colheita no Centro-Oeste e Sudeste do país no segundo semestre.

**Tabela 1** – IPCA: Subitens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições no trimestre e suas contribuições para o índice – Distrito Federal – 2º trimestre de 2020 - % e p.p.

Subitens do IPCA	Variação (%)	Contribuição (p.p.)
Lanche	6,28	0,11
Plano de saúde	1,81	0,11
Taxa de água e esgoto	4,86	0,08
Cebola	109,33	0,06
Automóvel novo	1,31	0,06
Óleo diesel	-16,27	-0,05
Transporte por aplicativo	-22,62	-0,06
Hospedagem	-6,27	-0,06
Passagem aérea	-40,79	-0,45
Gasolina	-8,49	-0,55

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

**A Gasolina permanece, pelo segundo trimestre consecutivo, como o subitem de maior contribuição negativa para o IPCA do DF em 2020, subtraindo 0,55 p.p. do índice geral. A contração observada no primeiro semestre do ano foi inspirada pela queda no consumo desse combustível em decorrência do menor uso dos Entretanto, vale lembrar que a continua desvalorização do real frente ao dólar e o aumento do preço do barril de**

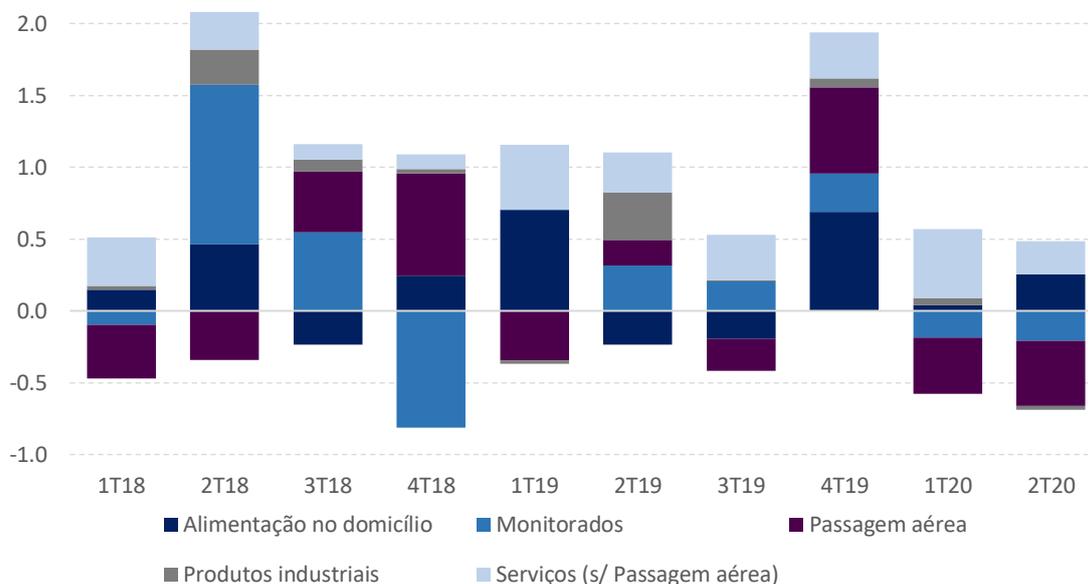
<sup>12</sup> Como já mencionado, a variação positiva no preço cobrado a título de *Taxa de água e esgoto* se deve à modificação da metodologia de cálculo da tarifa, que eliminou a cobrança do consumo mínimo.

**petróleo levou a reajustes nas refinarias, cujas altas compensaram parte da redução dos preços provocada pelo comportamento da demanda.**

A contribuição de similar magnitude foi feita pela *Passagem aérea*, que levou a uma redução de 0,45 p.p. no IPCA do 2º trimestre de 2020 da capital federal. Se por um lado é bom para os consumidores, por outro, a persistência da deflação nas passagens aéreas compromete a situação financeira das companhias que operam no país.

As variações observadas no período, quando reagrupadas segundo a classificação de acompanhamento do Banco Central do Brasil (BCB), corroboram que *Alimentação no domicílio* apresentou a maior contribuição positiva (+0,25 p.p.), enquanto o segmento de *Serviços, sem passagem aérea*, acrescentou 0,23 p.p. ao índice geral. As categorias que seguraram o aumento dos preços foram a própria *Passagem aérea* (-0,45 p.p.), a de produtos *Monitorados* (-0,21 p.p.) e a de *Produtos Industriais* (-0,02 p.p.), conforme mostrado no Gráfico 5.

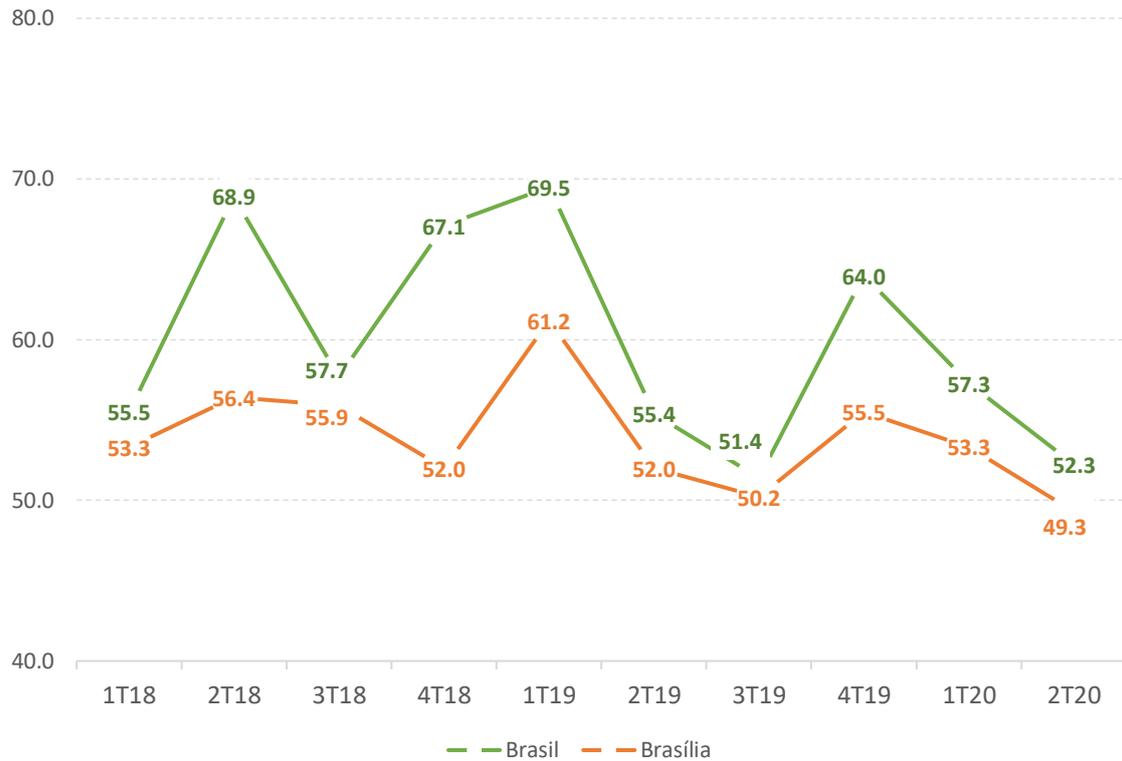
**Gráfico 5 – IPCA: Contribuição trimestral por segmentos selecionados de bens e serviços – Brasília (DF) – 1º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020 – pontos percentuais (p.p.)**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

As análises realizadas revelam que a maior parte dos itens avaliados pelo IBGE apresentaram deflação no 2º trimestre de 2020. Essa constatação é confirmada pelo índice de difusão do período, mostrando que apenas 49,3% dos produtos que compõe a cesta brasiliense registraram uma variação positiva nos seus preços – ou seja, 50,7% apresentaram variação negativa ou nula. O percentual, além de estar abaixo do observado para o Brasil para o período, é o primeiro abaixo de 50% desde o 1º trimestre de 2018. (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – IPCA: Índice de difusão da inflação trimestral – Brasil e Brasília (DF)**  
– 1º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020 – %



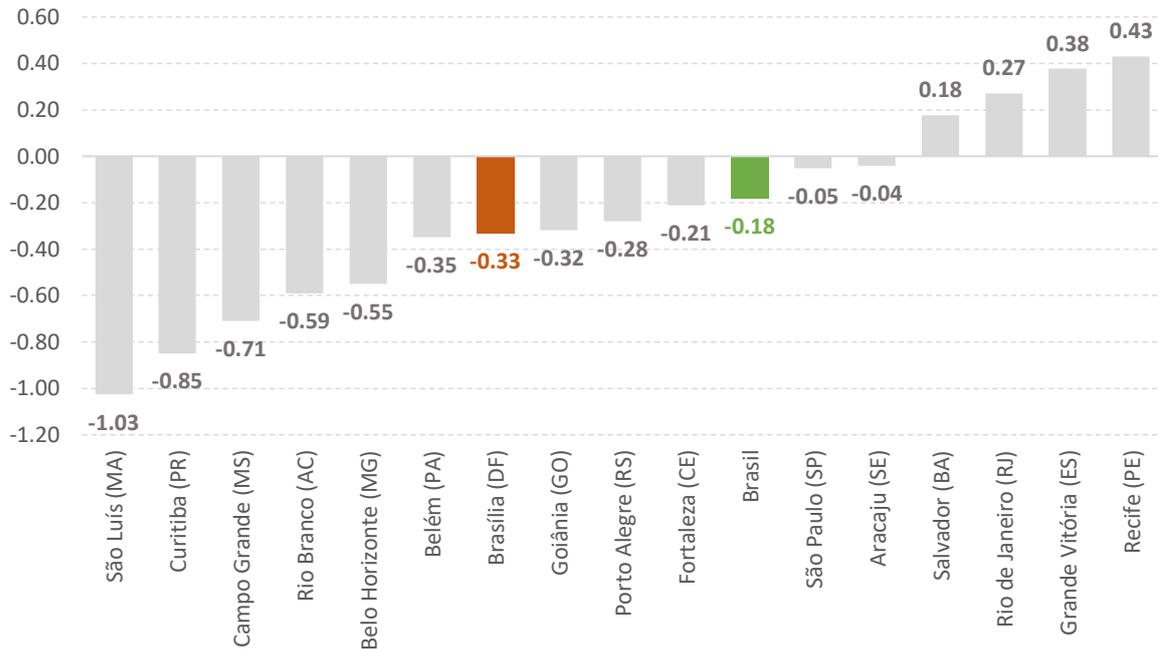
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

### Resultado em 12 meses

As análises mensais são mais suscetíveis a efeitos sazonais, por isso, para ter uma melhor caracterização da trajetória dos preços, foram avaliadas a variação acumulada nos últimos 12 meses. Assim, é possível evidenciar o comportamento de longo prazo dos preços praticados no Distrito Federal. Conforme pode-se observar no Gráfico 7, a inflação acumulada de julho de 2019 a junho de 2020 rompeu o limite inferior estabelecido no regime de metas do Banco Central (+2,5%) e atingiu +1,64%. Esse movimento era esperado com base no resultado dos meses anteriores que sinalizavam uma contínua aproximação do percentual limítrofe. Em nível nacional, o IPCA acumulado em 12 meses registrou alta de 2,13% e, também, distanciou-se ainda mais do centro da meta em relação ao resultado do 1º trimestre (+3,30%), que, para 2020, é de +4,00%.



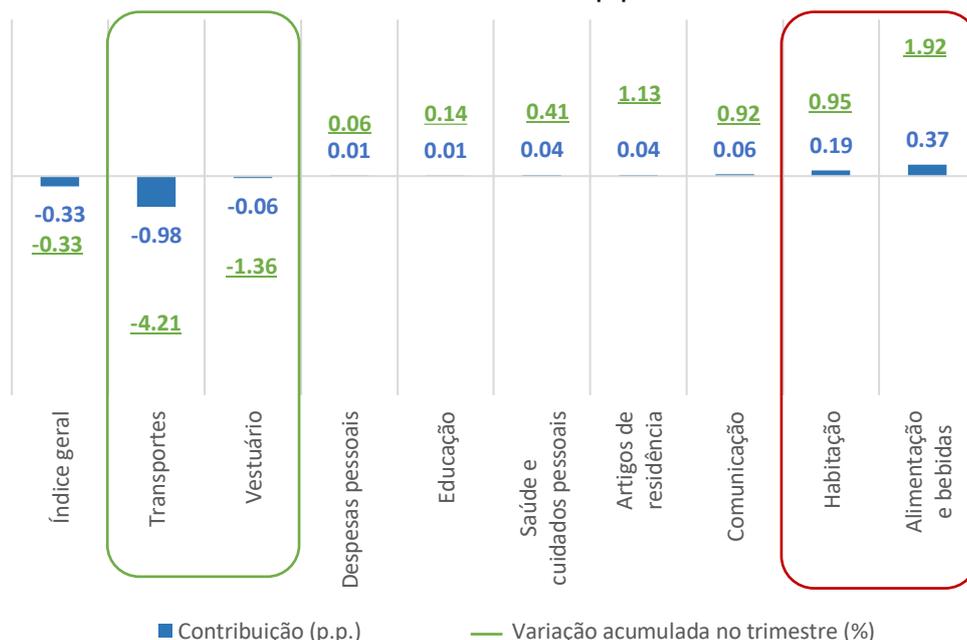
**Gráfico 8 – INPC: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 2º trimestre de 2020 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Percebe-se, assim, que a variação de preços para os extratos mais baixos da população brasiliense está maior do que a que acomete as famílias da capital que ganham até quarenta salários mínimos (IPCA). Isso significa que o efeito da redução dos preços sobre o poder de compra foi mais tênue para os indivíduos que mais precisam dele para manter seu nível de consumo.

**Gráfico 9 - INPC: Contribuição dos grandes grupos de bens e serviços para a inflação – Distrito Federal – 2º trimestre de 2020 – p.p.**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

A elevação dos preços observada nos grupos de *Alimentação e Bebidas* (+1,92%) e *Habitação* (+0,95%) foram as que mais contribuíram para que essa diferença entre o INPC e o IPCA acontecesse e acrescentaram 0,37 p.p e 0,19 p.p., respectivamente, ao índice geral da capital no trimestre analisado (Gráfico 9). Já os *Transportes* (-4,21%) tiveram participação de destaque dentre as categorias que favoreceram a deflação local, contribuindo com a retirada de -0,98 p.p., enquanto os artigos de *Vestuário* (-1,36%) ajudaram com -0,06 p.p..

Os aspectos conjunturais que ditaram o comportamento dos preços desses bens e serviços entre abril e junho de 2020 são os mesmos abordados para explicar as variações do IPCA, ficando a maior parte da desigualdade no percentual informado a cargo das diferenças nos pesos que cada item possui na cesta avaliada para calcular os dois índices de inflação.

Dos subitens pesquisados que influenciaram positivamente o nível de preços da região, a *Taxa de água e esgoto* colaborou com 0,16 p.p. para a inflação do 2º trimestre de 2020 (Tabela 2). Essa averiguação demonstra que a tarifa do serviço oferecido pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) sofreu um aumento com o fim da cobrança pelo consumo mínimo.

Os demais produtos que contribuíram para a elevação dos preços praticados na capital do país estão todos relacionados com a alimentação das pessoas dentro e fora de suas casas. Os itens Lanche (+0,11 p.p.), Cebola (+0,06 p.p.), Batata-inglesa (+0,06 p.p.) e Leite longa vida (+0,05 p.p.) foram os que se sobressaíram.

**Tabela 2** – INPC: Subitens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições no trimestre e suas contribuições para o índice – Distrito Federal – 2º trimestre de 2020 - % e p.p.

Subitens do INPC	Variação (%)	Contribuição (p.p.)
Taxa de água e esgoto	5,18	0,16
Lanche	6,28	0,11
Cebola	109,33	0,06
Batata-inglesa	54,02	0,06
Leite longa vida	10,85	0,05
Óleo diesel	-16,27	-0,04
Perfume	-3,48	-0,05
Móvel para quarto	-9,60	-0,05
Passagem aérea	-40,79	-0,28
Gasolina	-8,49	-0,57

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

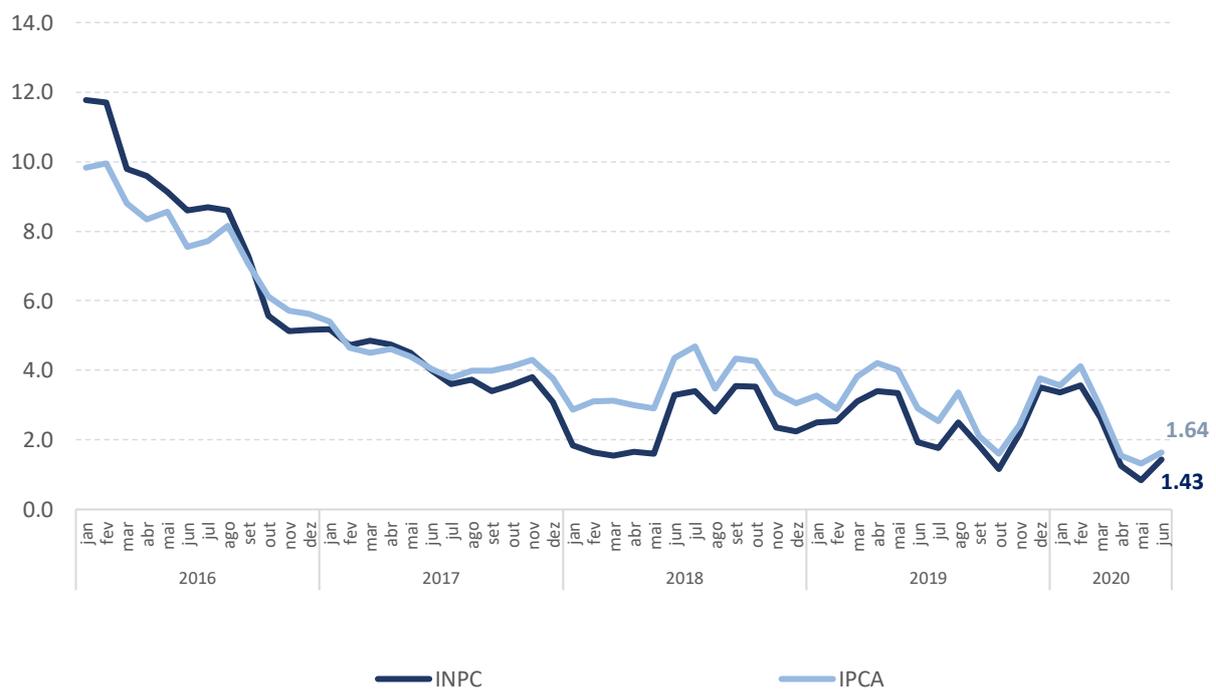
A variação negativa da Gasolina (-8,49%) assegurou uma redução de 0,57 p.p. no INPC do 2º trimestre de 2020. Novamente, essa contribuição auxiliou para atenuar os custos dos Transportes que, por sua vez, fomenta a mobilidade dos indivíduos. O óleo diesel, com contribuição de -0,04 p.p., possui impacto semelhante.

Já as *Passagens aéreas* apresentaram uma variação tão significativa que, mesmo tendo uma participação mais diminuta no orçamento das famílias com renda de até cinco salários mínimos, elas figuraram no rol de produtos com as maiores contribuições negativas do período avaliado e colaboraram com uma redução de 0,28 p.p. para o INPC.

Os itens Móveis para quarto (-9,60%) e *Perfume* (-3,48%), ambos com uma contribuição de -0,05 p.p. entre abril e junho de 2020, podem ter tido seu resultado influenciado, em parte, pela pandemia e o isolamento social.

No acumulado em 12 meses findos em junho de 2020, o INPC observou alta 1,43%. Esse resultado evidencia que a inflação, mensurada pelo referido índice, está desacelerando no Distrito Federal e mantém-se abaixo da estimada pelo IPCA, conforme detalhado no Gráfico 10. A trajetória de longo prazo, no entanto, sinaliza que a diferença da variação percentual dos dois indicadores está se tornando cada vez menor.

**Gráfico 10** – INPC e IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasília (DF) – janeiro de 2016 a março de 2020 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

# Seção IV

## Mercado de Trabalho

### 1. Sumário

O mercado de trabalho no Distrito Federal apresentou um desempenho negativo no segundo trimestre de 2020 quando comparado ao mesmo trimestre de 2019, com aumento da taxa de desemprego na região e a perda líquida de vagas de emprego com carteira assinada. De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF)<sup>14</sup>, o desemprego local passou de 19,4% para 21,6%, e poderia ter alcançado valor muito maior se não fosse o crescimento significativo do número de pessoas que não trabalhavam e não procuraram um emprego (inativos) na capital federal. Além disso, houve uma redução de 131 mil pessoas na massa de ocupados no trimestre. O aumento do desemprego em todas as posições de ocupação exceto as do setor público, aliado à redução do rendimento médio de todas elas, levou a uma redução de 7,0% na massa de rendimentos reais dos assalariados locais.

A redução de vagas formais de emprego é também identificada pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged)<sup>15</sup>, que evidenciou que o número de desligamentos ocorridos no Distrito Federal no 2º trimestre de 2020 excedeu as contratações em 23.002 vagas. Os setores econômicos mais afetados foram o de *Serviços* (-15.900 vagas), cujo número de postos fechados se aproximou do número de empregos criados ao longo de todo o ano de 2019 (16.241), e o de *Comércio* (-6.323 vagas). No período, apenas as atividades de Construção (+33 vagas) tiveram saldo positivo.

O comportamento evidenciado é fruto do impacto que as ações de suspensão de atividades comerciais e de campanhas para reduzir a circulação de pessoas para combater a propagação da COVID-19, adotadas a partir da segunda quinzena de março, tiveram sobre a economia e, conseqüentemente, sobre o mercado de trabalho local.

---

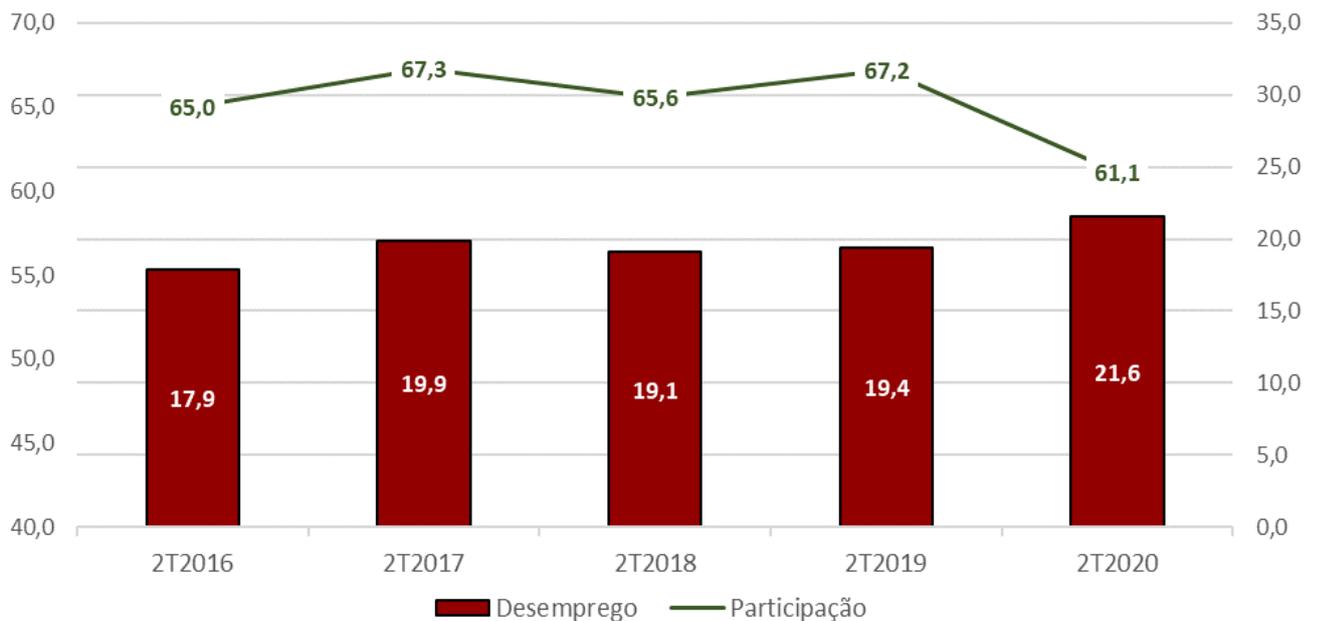
<sup>14</sup> A PED/DF teve sua divulgação suspensa entre setembro de 2019 e março de 2020 por motivos técnicos. Nesse período, a análise do mercado de trabalho do Distrito Federal foi substituída pelas informações divulgadas pela PNADCT, ainda que essas pesquisas não sejam comparáveis, com a finalidade de manter o acompanhamento desse indicador. Com o retorno da pesquisa pela Codeplan e pelo DIEESE, foi possível reestabelecer a análise da PED.

<sup>15</sup> A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia substituiu o uso do Sistema Caged para registro de admissões e desligamentos pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (Novo Caged), incorporando novas fontes de dados a fim de complementar a informação de desligamentos. A mudança de metodologia ocorreu em janeiro de 2020, mas a nova série de dados só foi disponibilizada em maio do mesmo ano.

## 2. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF)

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED/DF), a taxa de desemprego distrital encerrou o primeiro semestre de 2020 em 21,6%<sup>16</sup>. Esse valor representa um aumento 2,2 pontos percentuais no indicador em relação ao mesmo período de 2019, reportando os efeitos da crise desencadeada pela pandemia da Covid-19.

**Gráfico 1** – PED: Taxa de desocupação e de participação (%) – 2º trimestre de 2016 a 2º trimestre de 2020 – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio CODEPLAN-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Esse resultado representa a maior taxa observada em pelo menos oito anos e equivale a 327 mil pessoas desocupadas no Distrito Federal. Além disso, a inatividade, situação na qual as pessoas que não estão ocupadas optam por não procurar emprego, também é significativo na região. Assim, cerca de 967 mil pessoas em idade de trabalhar escolheram permanecer fora da força de trabalho no segundo trimestre de 2020, sendo o desalento uma das possíveis causas dessa decisão<sup>17</sup>. Isto levou a taxa de participação (porcentagem da população em idade ativa que está inserida no mercado de trabalho, seja ocupada, seja

<sup>16</sup> A PED/DF é uma pesquisa desenvolvida pela CODEPLAN em parceria com o Departamento Sindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) e possui metodologia própria a fim de melhor capturar as realidades do mercado de trabalho local. Assim, seus resultados não são simétricos a outras pesquisas voltadas ao mesmo tema, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT).

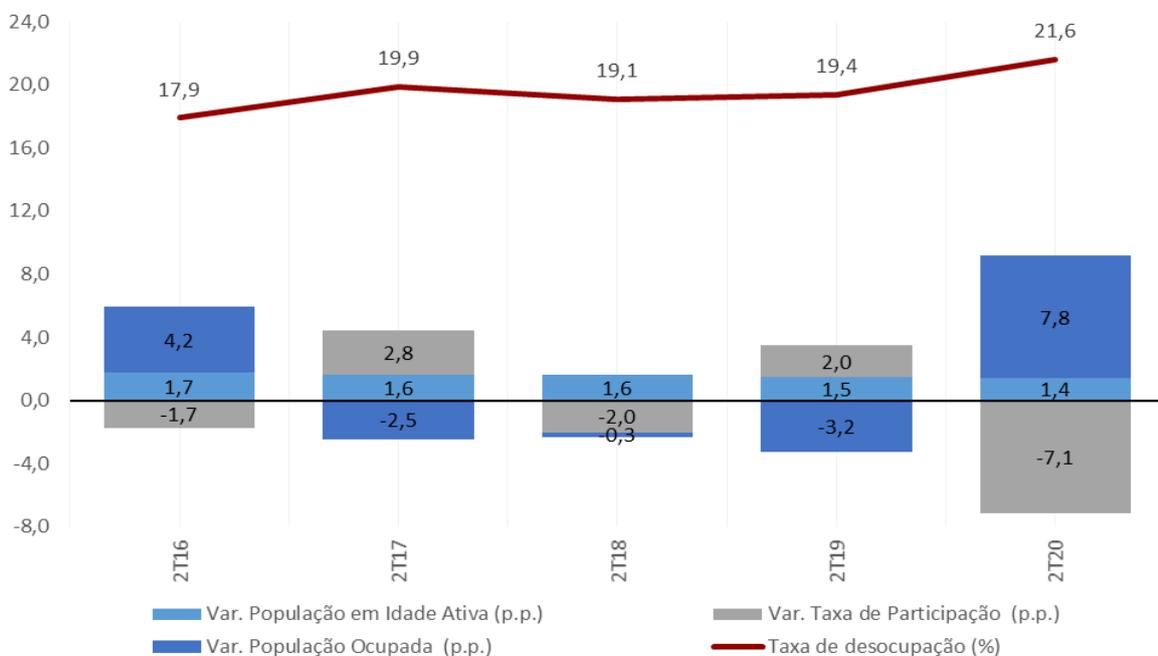
<sup>17</sup> O desalento está associado a decisão de permanecer fora da força de trabalho pela falta de perspectivas de conseguir um emprego diante da falta de opções, mas existem outros motivos que levam um indivíduo a não procurar emprego estando na idade apropriada para tal, como estudo, aposentadoria, ou aquele que opta por não trabalhar, mesmo havendo oportunidade.

procurando emprego nos últimos trinta dias) ao patamar historicamente baixo de 61,1%. No segundo semestre de 2019, esse indicador estava em 67,2%.

O número é preocupante por dois motivos. Primeiro, ele representa que o nível de atividade da economia está suficientemente fraco ao ponto do mercado de trabalho não ser capaz de absorver a grande quantidade de pessoas em busca de uma ocupação, levando alguns a não terem perspectiva de conquistar uma vaga, e que essa situação deve permanecer no curto prazo. Segundo, se considerássemos o valor médio da taxa de participação nos últimos anos (65,7%)<sup>18</sup>, haveria um aumento daqueles interessados em participar da força de trabalho de forma que o Distrito Federal registraria uma massa de desempregados em cerca de um terço maior (441 mil de pessoas) do que a observada (327 mil).

A maior contribuição para o aumento da taxa de desemprego veio da redução da população ocupada que, conforme mostrado no Gráfico 2, contribuiu para o aumento da taxa de desocupação com 7,8 p.p. Em outras palavras, caso houvesse se configurado apenas a variação na população ocupada observada entre o segundo trimestre de 2020 e o mesmo período do ano anterior, com todos os demais mecanismos do mercado de trabalho se mantendo constantes, a taxa de desocupação seria quase oito pontos percentuais acima da realizada no ano anterior. Além disso, o simples crescimento demográfico da população em idade ativa, que gera naturalmente uma demanda por empregos, contribui com mais 1,4 ponto percentual.

**Gráfico 2 – PED: Decomposição da variação na taxa de desocupação (p.p.) e taxa de desocupação (%) – 2º trimestre de 2016 a 2º trimestre de 2020 – Distrito Federal**



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio CODEPLAN-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

<sup>18</sup> Essa taxa de participação média foi calculada considerando o percentual observado entre 2012 até 2020.

Esse aumento não se concretizou de forma tão acentuada em função da contração da taxa de participação ressaltada anteriormente, com pessoas deixando de integrar a força de trabalho. Esse mecanismo gerou uma pressão negativa na taxa de desocupação do segundo trimestre de 2020 de 7,1 p.p. em relação ao mesmo período de 2019, de forma que a variação observada na taxa de desocupação foi de 2,2 pontos percentuais<sup>19</sup>.

No que se refere a posição de ocupação dos trabalhadores, verifica-se que houve uma contração generalizada em todas as ocupações entre o segundo trimestre de 2020 e o mesmo período do ano anterior. A única exceção foi o setor público, que apresentou um crescimento de 9,1% no período.

**Tabela 1** – PED: Comportamento do mercado de trabalho – 2º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2020 – Distrito Federal

Pesquisa de Emprego e Desemprego				
	2º trimestre 2019	2º trimestre 2020	Variação %	Variação absoluta
Indicadores (em mil pessoas)				
População				
Em idade de trabalhar (PIA)	2.440	2.484	1,8%	44
Na força de trabalho (PEA)	1.640	1.517	-7,5%	-123
Ocupada	1.321	1.190	-9,9%	-131
Desocupada	319	327	2,5%	8
Fora da força de trabalho (Inativos)	800	967	20,9%	167
Posição na ocupação				
Empregado no setor privado com carteira	566	474	-16,3%	-92
Empregado no setor privado sem carteira	98	67	-31,6%	-31
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	274	299	9,1%	25
Autônomo	197	190	-3,6%	-7
Empregado doméstico	91	70	-23,1%	-21
Demais posições	97	90	-7,2%	-7
Taxas (em pontos percentuais)				
Taxa de desocupação	19,4	21,6	-	2,2
Taxa de participação na força de trabalho	67,2	61,1	-	-6,1
Rendimento médio real (em reais)				
Assalariados	3.962	4.083	3,1%	121

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio CODEPLAN-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

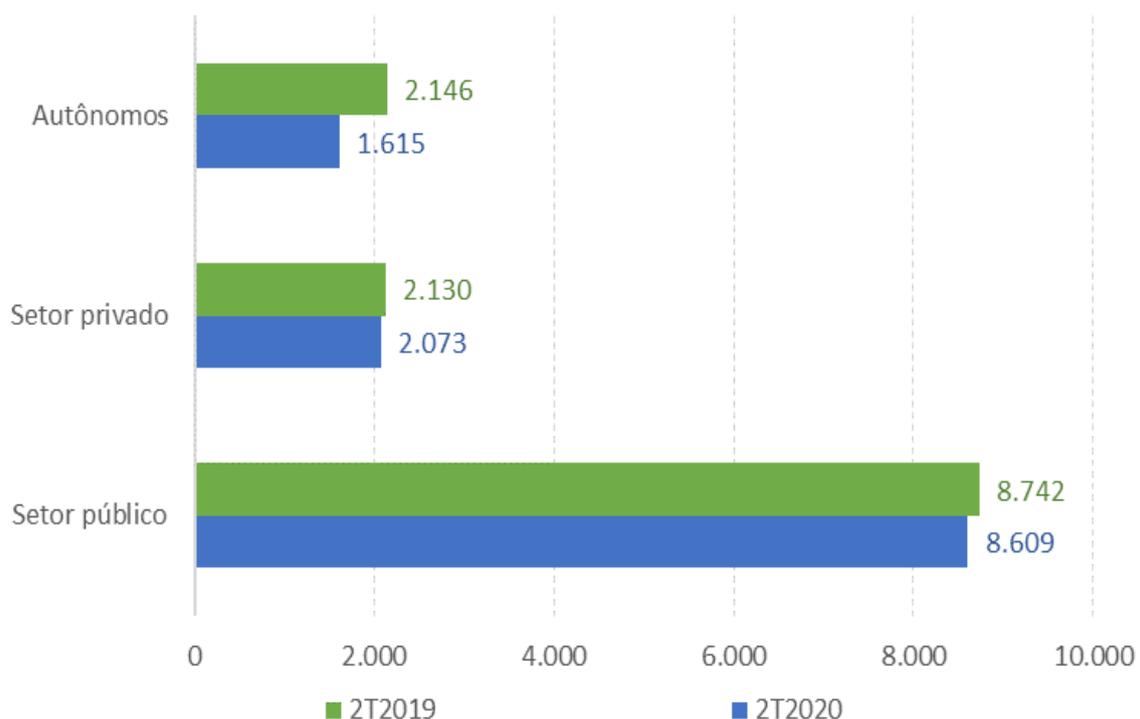
<sup>19</sup> É possível que hajam pequenas discrepâncias entre o somatório das contribuições dos indicadores e a variação total da taxa de desocupação. Essas diferenças resultam apenas do arredondamento dos valores, não impactando a análise do mercado de trabalho.

No setor privado, houve uma redução expressiva no número de empregados sem carteira assinada (-31,6%, ou -31 mil ocupados), o que se configurou mesmo nos empregados com carteira assinada, embora de forma menos intensa em termos percentuais (-16,3% ou -92 mil ocupados).

O último destaque é a contração no número de empregados domésticos, que caiu 23,1% na comparação (-21 mil ocupados). Aqui, uma possível explicação está no fato de a redução na renda familiar experimentada justamente pelo elevado número de desligamentos, ter obrigado a algumas delas reduzirem seus gastos com bens e serviços. Além disso, o medo de contágio também pode ter influenciado nas dispensas dessa categoria. Assim, para conter suas despesas, as famílias tiveram de encerrar os contratos com os trabalhadores domésticos que lhes prestavam serviços.

O aumento da participação do setor público no mercado de trabalho local, contribuiu para que o rendimento médio real do Distrito Federal subisse 3,1% entre o segundo trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2019 (Gráfico 3). Isso ocorreu, pois a remuneração média no setor público (R\$ 8.609) foi mais de quatro vezes superior à do setor privado (R\$ 2.073) no trimestre. Ainda assim, todas as posições na ocupação viram seus rendimentos médios reais caírem na comparação com o ano anterior, em especial os trabalhadores autônomos (-24,7%).

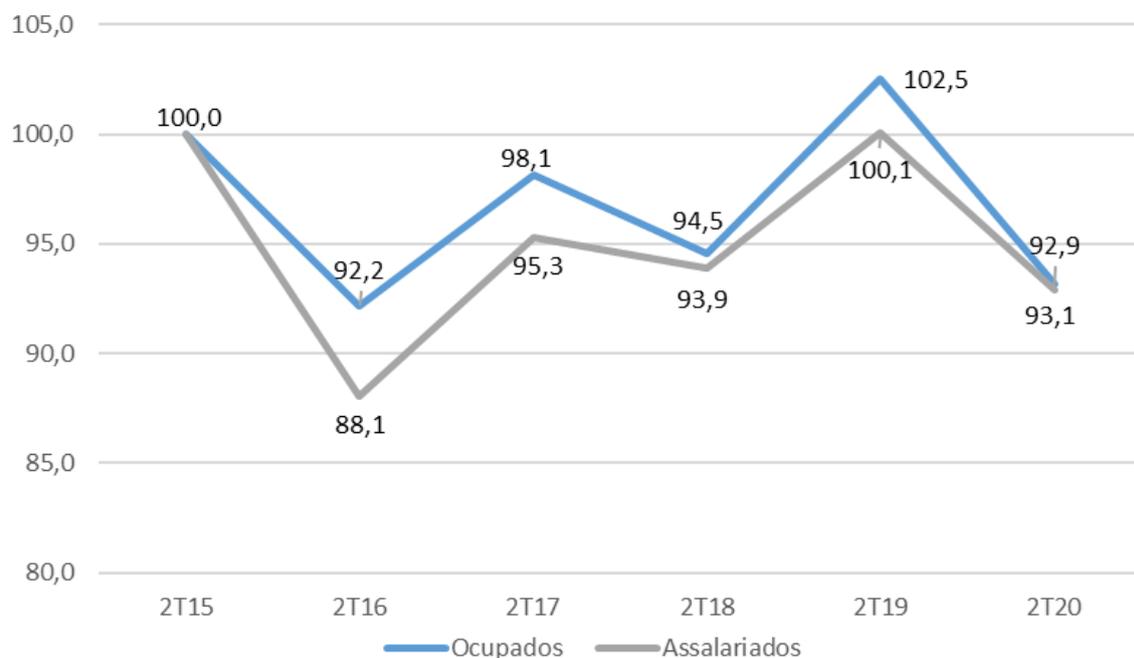
**Gráfico 3** – PED: Rendimento médio real por posição na ocupação – 2º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2020 – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio CODEPLAN-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Assim, a massa de rendimentos do Distrito Federal caiu entre o segundo trimestre de 2020 e o mesmo período do ano anterior. Na análise em número-índice (sendo o segundo trimestre de 2015 igual a 100), a massa de rendimentos dos ocupados locais recuou 9,6 p.p., enquanto a dos assalariados apresentou queda de 7,0 pontos percentuais. Dessa forma, a massa de rendimentos do DF se encontra no patamar mais baixo para um segundo trimestre do ano desde 2016, último ano da recessão econômica vivenciada recentemente pelo país.

**Gráfico 4** – PED: Evolução da massa de rendimentos reais – Número-índice (base: 2º trimestre de 2015 = 100) – 2º trimestre de 2015 a 2º trimestre de 2020 – Distrito Federal



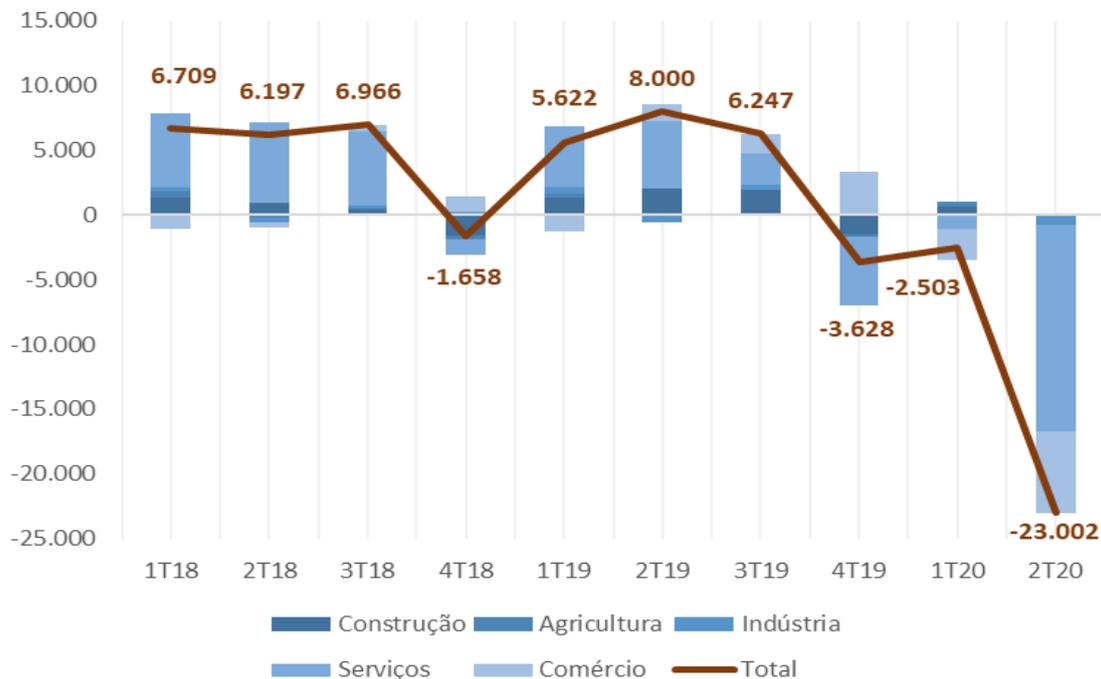
Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio CODEPLAN-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

### 3. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (ME)

De acordo com o Novo Caged<sup>20</sup>, no Distrito Federal o número de desligamentos no segundo trimestre de 2020 superou o de novas contratações, gerando um saldo negativo de 23.002 postos de trabalho com carteira assinada.

<sup>20</sup> As estatísticas do emprego formal do Distrito Federal e de todos os estados brasileiros passaram a ser divulgadas pelo Novo Caged, que utiliza o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged – antigo) e as informações do Empregador Web para gerar os dados sobre o mercado de trabalho.

**Gráfico 5** – Novo Caged: Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por grandes setores – 1º trimestre de 2018 a 2º trimestre de 2020 – Distrito Federal

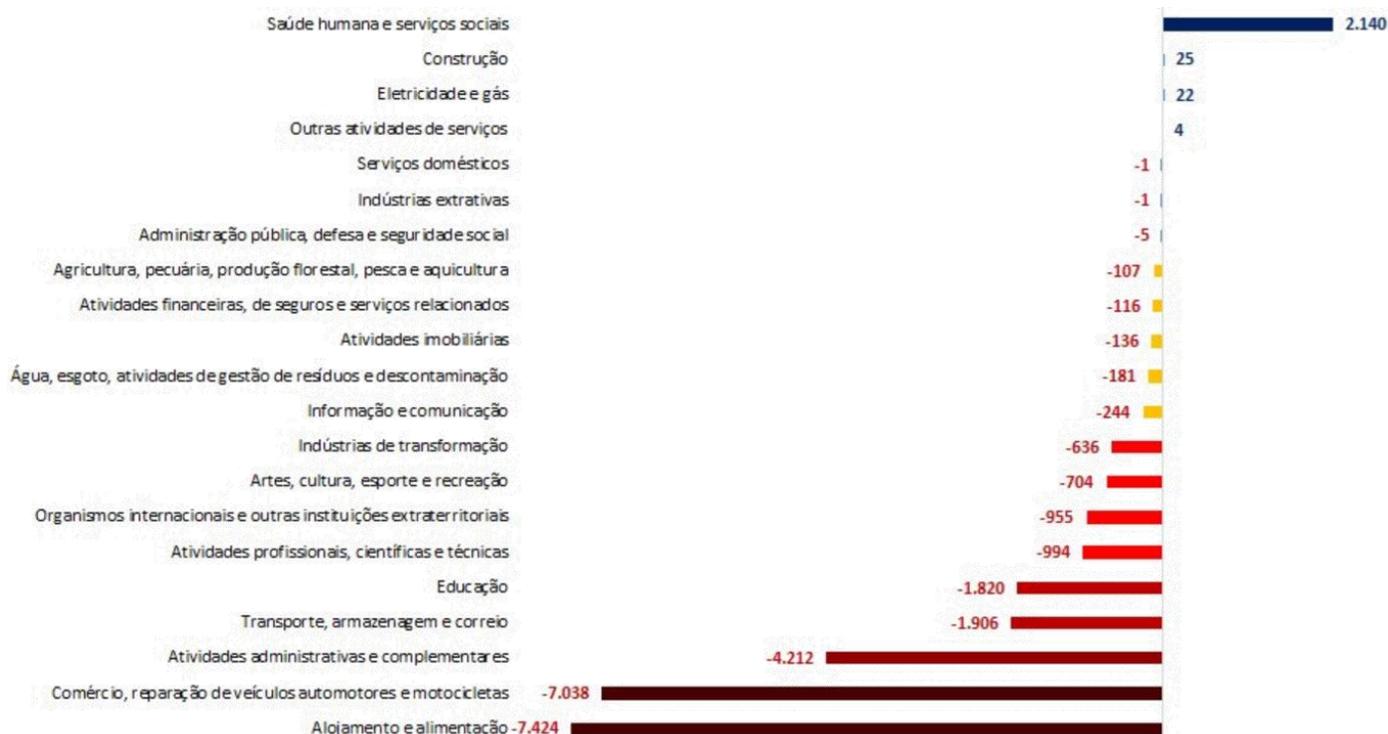


Fonte: Novo Caged/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Os *Serviços*, setor de importante participação na economia local e fortemente impactado pelas medidas de combate a COVID-19, foi o que apresentou o pior desempenho de abril a junho de 2020, registrando a extinção de 15.900 vagas. Esse valor iguala quase integralmente o número de empregos formais gerados ao longo de todo o ano de 2019 no Distrito Federal, que foi de 16.214. O *Comércio* aparece em segundo lugar, com 6.323 vagas extintas, seguido da *Indústria* (exceto *Construção*; -718 vagas) e da *Agricultura* (-94 vagas). Apenas a *Construção* apresentou saldo positivo no período, e, mesmo assim, bastante baixo, criando apenas 25 postos de trabalho formal nos três meses analisados.

Detalhando a contribuição das atividades econômicas para o desemprego do mercado de trabalho, observa-se, no 2º trimestre de 2020, que o segmento que teve maior impacto negativo foi o de *Alojamento e alimentação*, que fechou -7.424 postos no período. Bares e restaurantes, juntamente com academias e salões de beleza, foram alguns dos serviços que permaneceram fechados durante todo o trimestre no Distrito Federal e ajudam a explicar esse resultado. Outros setores e segmentos de destaque são o *Comércio*; *reparação de veículos automotores e autopeças* (-7.038 postos) e as *Atividades administrativas e complementares* (-4.212 postos).

**Gráfico 6** – Novo Caged: Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – 2º trimestre de 2020 – Distrito Federal



Fonte: Novo Caged/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

Por outro lado, as atividades de *Saúde humana e serviços sociais* tiveram um bom desempenho e destacaram-se por terem registrado uma criação líquida de 2.140 vagas formais de emprego. Possivelmente, esse resultado reflete o incentivo à novas contratações, dado pela crise da saúde que caracterizou o período em análise. Saldos positivos, porém mais modestos, também foram observados nas atividades de *Construção* (+25 postos de trabalho), *Eletricidade e gás* (+22 postos de trabalho) e em *Outros atividades de serviços* (+4 postos de trabalho).

Os dados do 2º trimestre, capturam precisamente os principais meses, durante os quais as medidas de restrições comerciais mais estritas adotadas para diminuir a propagação da Covid-19 no Distrito Federal estiveram em vigor, de forma que os meses subsequentes, devem trazer números que mostrem alguma recuperação do mercado de trabalho local. Os efeitos da pandemia, porém, ainda devem ser sentidos ao longo do restante do ano, uma vez que a recuperação econômica demora a se transformar em incentivos à novas contratações.

Cabe mencionar que, por meio da redução do poder aquisitivo associado à perda da ocupação, o desemprego tem implicações desfavoráveis sobre o nível de atividade da economia local que, por sua vez, reforça o número de desligamentos. Esse movimento, se não for interrompido, é capaz de iniciar um ciclo vicioso com efeitos severos para o mercado do Distrito Federal.

## Considerações finais

As restrições impostas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades comerciais, como forma de conter a disseminação da COVID-19 tiveram, de uma forma geral, início em março e começaram a ser flexibilizadas a partir do fim de abril. Assim, os resultados do segundo semestre de 2020 refletem integralmente os efeitos negativos da paralisação sobre o nível de atividade produtiva, tanto no mercado local, quanto no nacional, e revelam um impacto mais ameno do que o esperado pelo mercado.

As expectativas de recuperação econômica, no entanto, suscitam novas incertezas provocadas pelo comportamento futuro de enfrentamento à pandemia da Covid-19, que merecem atenção. Afinal, os diferentes segmentos econômicos respondem de forma distinta, em termos de agilidade e de intensidade, aos estímulos conferidos pela recuperação do dinamismo produtivo. Com isso, a tarefa de tentar antecipar alguns resultados macroeconômicos torna-se complexa e pouco eficiente. Entretanto, é possível fazer algumas considerações sobre as perspectivas de desempenho do mercado local.

Considerando que alguns indicadores econômicos do 2º trimestre já traziam indícios de aquecimento do mercado, a hipótese de que esse movimento desencadeie uma gradual recuperação é bastante factível e, inclusive, apontada por alguns agentes de mercado. Por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projeta uma melhora do nível produtivo do país no terceiro e quarto trimestres, enquanto o Banco Central do Brasil (BC) reduz as estimativas de queda anual do PIB nacional<sup>21</sup>.

Nesse cenário, a retomada progressiva do ímpeto da demanda, aliada a elevada capacidade ociosa dos setores econômicos atingidos pelas medidas de suspensão das atividades comerciais, dá indícios que os preços devem seguir em uma trajetória bem-comportada. Outro fator que corrobora essa suposição são os cortes na taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic, afim de estimular o consumo e o investimento, indicando que, no momento, há espaço suficiente para impulsionar a demanda sem que haja prejuízos ao regime de metas de inflação.

Nessa equação, o auxílio emergencial teve importante papel na sustentação do nível mínimo de consumo das famílias e, portanto, auxiliou a mitigar os prejuízos causados pela pandemia. Assim, a decisão de manter esse benefício à população até o fim do ano, ainda que com uma redução do valor oferecido à população, tem potencial para manter uma parcela do poder de compra dos indivíduos e deve promover o crescimento econômico.

---

<sup>21</sup> Para mais informações sobre as expectativas de mercado, acesse <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/> e <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>.

No que se refere ao mercado de trabalho, a resposta ao avanço dos índices econômicos deve tardar um pouco mais. Isso porque ainda vigoram determinações que restringem o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e a sua capacidade de atendimento, impondo limites à oferta. Somente quando a procura pelos bens ou serviços ofertados crescer o suficiente para que seja financeiramente viável contratar novos funcionários, o mercado de trabalho voltará a expandir.

Também é factível fazer inferências sobre o rendimento desses trabalhadores. A elevada taxa de desemprego colabora para inflar a oferta de trabalho local. De acordo com os dados do Novo Caged, foram fechados 26.137 postos formais de emprego no 1º e no 2º trimestres de 2020 na capital federal, eliminando totalmente o saldo criado ao longo de 2019 (16.241 vagas). Com isso, os fundamentos econômicos indicam uma possível redução dos salários oferecidos, o que irá pressionar para baixo o rendimento médio habitualmente recebido pela população do Distrito Federal.

Por fim, cabe ressaltar que as medidas anticíclicas adotadas pelos governos federal e distrital, demandaram vultuosa soma de recursos públicos para possibilitá-las. Tendo em conta que, com o menor nível de atividade econômica, a receita de arrecadação também foi deprimida, o conjunto de ações voltadas para a preservação da saúde e do poder de compra da população exigiu um significativo esforço fiscal. Assim, houve um comprometimento das contas públicas, que pode prejudicar a capacidade dos governos de realizarem seus gastos discricionários e dificultar a execução das despesas de custeio e de investimentos.

Diante do exposto, destacam-se que os desafios socioeconômicos desencadeados pelos efeitos nocivos da pandemia, ainda são grandes e devem ecoar por algum tempo sobre os indicadores produtivos, tanto do país quanto da economia distrital, principalmente naqueles referentes às atividades comerciais e à prestação de serviços, dois dos segmentos mais afetados pela crise sanitária ocasionada pela COVID-19.